



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 073

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 20 DE JUNHO DE 2006

ANO XXXI

Mesa Executiva

HERMAS BRANDÃO
Presidente - PSDB

PEDRO IVO ILKIV
1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS
3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA
1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO
2º Secretário - PMDB

ELIO RUSCH
3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA
4º Secretário - PSB

PASTOR EDSON PRACZYK
5º Secretário - PMRB

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Dobrandino da Silva
Líder da Oposição Valdir Rossoni
PTB Carlos Simões
PFL Plauto Miró Guimarães
PSDB Ademar Traiano
PMDB Antonio Anibelli
PT Ângelo Vanhoni
PDT Luiz Carlos Martins
PPS Waldir Leite
Bloco Parlamentar PTB/PL/PMRB Jocelito Canto
Bloco Parlamentar PP/PSB Cida Borghetti

Representação Partidária

PMDB - 14: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Elza Correia - Geraldo Cartário - José Maria Ferreira - Mauro Moraes - Nereu Moura - Rafael Greca - Vanderlei Iensen; **PT** - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; **PSDB** - 09: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; **PDT** - 05: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Luiz Carlos Martins - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; **PPS** - 05: Ailton Araújo; Arlete Caramês - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; **PFL** - 04: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; **PP** - 02: Cida Borghetti - Duílio Genari; **PSB** - 02: José Domingos Scarpellini - Reni Pereira; **PTB** - 02: Carlos Simões - Jocelito Canto; **PL** - 01: Chico Noroeste; **PMRB** - 01: Pastor Edson Praczyk

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 073

62ª SESSÃO ORDINÁRIA

Mesa Executiva 02

Presenças 02

Abertura da Sessão 03

Grande Expediente:

Comemoração do Dia do

Imigrante Japonês 03

Composição da Mesa 03

Oradores:

Dep. Luiz Nishimori 03

Sr. Hirotsugu Hagiuda - Cônsul 04

Encerramento da Solenidade 04

Reabertura da Sessão 04

Expediente:

Mensagens 05

Ofícios 05

Indicações 06

Requerimentos 06

Projetos de Lei 11

Horário das Lideranças:

Liderança do PT

Dep. André Vargas 17

Liderança do PSDB

Dep. Valdir Rossoni 18

Liderança do Bloco PP/PSB

Dep. José Domingos Scarpellini 19

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente 21

Discussão / Votação:

2ª Discussão 21

1ª Discussão 22

Discussão Única (Indicação) 31

Requerimentos 31

Encerramento da Sessão 32

Publicações:

Ata de Comissão

Especial de Reforma à

Constituição 32

DIÁRIO Nº 073

62ª SESSÃO ORDINÁRIA

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA

15ª LEGISLATURA

ATA DA 62ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM

20 DE JUNHO DE 2006

(terça-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão, secretariado pela Sra. Deputada Cida Borghetti e pelo Sr. Deputado Geraldo Cartário.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, Pedro Ivo Ilkiv,

Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Geraldo Cartário, Elio Rusch, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ailton Araújo, André Vargas, Ângelo Vanhoni, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Duílio Genari, Durval Amaral, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Domingos Scarpellini, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Luiz Nishimori, Miltinho Pupio, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelson Justus, Nelson Garcia, Padre Paulo Campos, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni e Vanderlei Iensen (47).

Achando-se ausentes os Srs. Deputados: Nereu Moura, Alexandre Curi, Antonio Anibelli, Edson Strapasson, Mauro Moraes e Waldir Leite (06); e em viagem representativa o Sr. Deputado Marcos Isfer (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

(Abertura da Sessão com demonstração de Taiko - tambor japonês - com o Grupo Konko Kyo)

Grande Expediente:

Comemoração ao Dia do Imigrante Japonês

Por proposição do Excelentíssimo Sr. Deputado Luiz Nishimori, o Grande Expediente foi antecipado e será destinado à comemoração do Dia do Imigrante Japonês.

Composição da Mesa

Tenho a honra de anunciar a composição da Mesa:

Exmo. Sr. Hirotugu Hagida, Cônsul Geral do Japão; Exmo. Sr. Deputado Luiz Nishimori; Exma. Sra. Deputada Cida Borghetti; Exmo. Sr. Deputado Geraldo Cartário.

Convido a todos a ouvirem o Hino do Japão e o Hino Nacional Brasileiro, a ser cantado pelo Coral Seicho-No-Ie.

(Execução do Hino Nacional Brasileiro e do Hino do Japão)

Oradores:

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Esta Presidência tem a honra de conceder a palavra ao Exmo. Sr. Deputado Luiz Nishimori, para prestar homenagem ao Dia do Imigrante Japonês no Paraná, em nome do Poder Legislativo.

Deputado Luiz Nishimori

O SR. LUIZ NISHIMORI

Exmo. Sr. Deputado Hermas Brandão, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná; Exmo. Sr. Hirotugu Hagiuda, Cônsul-Geral do Japão; Exma. Sra. Deputada Cida Borghetti, 1ª Secretária da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná; Exmo. Sr. Deputado Geraldo Cartário, 2º Secretário da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná; demais autoridades aqui presentes; as lideranças nipo-brasileiras aqui presentes, senhoras e senhores Deputados:

“Em 18 de junho de 1908, o navio japonês Kasatomaru atracava no Porto de Santos com 781 imigrantes a bordo, dando início à história da Imigração Japonesa no Brasil.

Com todas as etnias que chegaram a esta terra abençoada, Brasil, os nossos imigrantes da Terra do Sol Nascente que aqui chegaram, foram acolhidos pelos braços desta gigante terra pela própria natureza.

Como toda história de um povo, a história de nossos imigrantes japoneses é escrita e registrada também de muitos sonhos, de muito trabalho, de muita luta e de muita vontade de vencer, e entre o seu suor brotavam os sentimentos de alegrias, tristezas, esperanças, e conquistas.

Como todos os imigrantes e todos os pioneiros, os nossos imigrantes japoneses se dedicaram bravamente num trabalho de fé e coragem vencendo juntos a mata pujante e todas as dificuldades, conquistando o ideal, e o mais nobre, contribuindo para o progresso do nosso Brasil.

A dois anos estaremos comemorando cem anos da imigração japonesa no Brasil.

Uma data especial! Uma data que certamente todas as entidades estarão em movimento para a comemoração da imigração japonesa dentro do seu município em todo o território brasileiro, e o Paraná, através da Aliança e Liga, juntamente com seus diretores, suas entidades filiadas, associados e voluntários, vem cuidando para que esta comemoração seja de fato uma grande comemoração, que seja realmente um acontecimento de marco histórico dentro da comunidade nikkey paranaense, independente das diferenças regionais.

E junto aos preparativos para essa grande festa dentro do nosso Estado, já contamos com vários grandes projetos em andamento e diversas atividades culturais, esportivas e de âmbito internacional; portanto, gostaria de informar que a base e o esqueleto do IMIM-100 do Paraná está bem formado e bem adiantado, pois ele é uma oportunidade para que possamos divulgar os trabalhos e as conquistas dos imigrantes japoneses que aqui chegaram, e também uma oportunidade para que a comunidade nipo-brasileira possa agradecer à nação brasileira que tão bem lhe acolheu neste terra abençoada, será também uma oportunidade para repensarmos e reafirmarmos as nossas raízes e principalmente fortalecer e reafirmar a integração e o compromisso de participar no progresso e desenvolvimento deste país.

Tantos motivos de amor e gratidão tive para elaborar este projeto, onde foi instituído, dia 18 de junho, o Dia do Imigrante Japonês e o Dia da Comunidade Nipo-brasileira do Paraná.

É com muita satisfação, e muita alegria, que estamos comemorando oficialmente, pela segunda vez, o Dia do Imigrante Japonês e o Dia da Comunidade Nipobrasileira do Paraná aqui na Assembleia Legislativa, juntamente com todos os senhores.

Quero, nesta oportunidade, estender o nosso reconhecimento e o nosso carinho aos imigrantes de todas as etnias que aqui chegaram, e com coragem e determinação ajudaram a construir a história do nosso Paraná e do nosso Brasil.

Neste ensejo, gostaria de agradecer a todos os presentes, às lideranças, companheiros e amigos da comunidade nipo-brasileira de todo o Paraná e da grande capital (Curitiba) que vieram participar conosco desta singela comemoração aos 98 anos da Imigração Japonesa no Paraná.

Agradeço a todos amigos presentes, que juntamente compartilham deste dia muito especial.

Agradeço aos companheiros da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, ao grande apoio e colaboração do Banco Sudameris, que sempre tem nos apoiado e contribuído nas atividades culturais, esportivas e educacionais ao Consulado Geral do Japão, da Ikeban, Shodo, Haiki Senriu; ao Grupo Taiko, o belo som dos Shamisens, que vamos ouvir logo mais; ao coral do Seicho-No-Ie de Curitiba, da Sociedade Beneficência Nipobrasileira de Curitiba que ajudou a abrilhantar esta Sessão.

Enfim, agradecer a todos que direta ou indiretamente contribuíram para que esta comemoração se realizasse com êxito.

E com muita gratidão e reconhecimento, finalizo estas palavras em comemoração oficial do Dia da Imigração Japonesa, que completa seus 98 anos e da Comunidade Nipo-brasileira do Paraná.”

Muito obrigado.

(Apresentação do Coral)

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Em seguida, teremos o prazer de ter em nossa tribuna, o Sr. Hirotsugu Hagiuda, Cônsul-Geral do Japão.

Sr. Hirotsugu Hagiuda - Cônsul-Geral do Japão.

SR. HIROTSUGU HAGIUDA

(Lê):

Exmo. Sr. Deputado Hermas Brandão, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná; Exmo. Sr. Deputado Luiz Nishimori; senhoras e senhores:

É uma honra esta oportunidade a mim concedida, para mais este ano poder participar desta solenidade em comemoração ao Dia da Imigração Japonesa e também para dirigir-lhes algumas palavras.

Gostaria de, mais uma vez, expressar o meu profundo respeito ao Presidente Hermas Brandão e ao Deputado Luiz Nishimori, pela iniciativa para realização e preparativo desta solenidade.

Desde que o navio Kasatomaru aportou em Santos em Santos em junho de 1908, passaram-se 98 anos e nesse período, os nikkeis vem contribuindo para a formação de um país e povo com base no sistema cultural pluralístico, carregando a responsabilidade deste desenvolvimento e vivem hoje em perfeita harmonia com a sociedade brasileira.

Atualmente, calcula-se em 1.700.000 o número de nikkeis no Brasil, um número considerado pequeno,

porém em várias camadas da sociedade regional, vêm-se destacando pessoas promissoras e principalmente no Paraná, onde a única sobrevivente do navio Kasatomaru, Sra. Tomi Nakagawa, reside; muitos nikkeis vêm se destacando em várias áreas, como a da política, da economia, da justiça, da cultura e ao mesmo tempo, vem recebendo um grande prestígio dentro da sociedade.

Ao tomar conhecimento das grandes atuações e contribuições dos nikkeis do Paraná, gostaria de agradecer de coração ao grande espírito acolhedor e caloroso do povo e dos governos do Brasil e do Paraná, para conceder esta oportunidade de imparcialidade e liberdade ao povo nikkei.

Em 2008 iremos comemorar o Centenário da Imigração Japonesa no Brasil, um grande marco na História. Acredito que os passos dos imigrantes japoneses nesses cem anos fortaleceram os laços humanos entre ambos os países e contribuíram para o desenvolvimento da relação entre Brasil e Japão, baseados na confiança e compreensão mútua.

Encerro as minhas palavras, certo de que no próximo século também, os nikkeis, com a sua diligência, honestidade e esforço que são seus fins naturais, contribuirão para o desenvolvimento e prosperidade da sociedade brasileira como bons cidadãos”.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Neste momento assistiremos à apresentação do Grupo Folclórico da Sociedade Cultural e Beneficente Nipobrasileira de Curitiba.

(Apresentação do Grupo Folclórico da Sociedade Cultural e Beneficente Nipo-brasileira de Curitiba)

Esta Presidência deseja expressar o seu mais profundo agradecimento às autoridades civis, militares, do corpo consular, do coral da Igreja Seicho-No-Iê, do Taiko, do grupo folclórico da Sociedade Cultural e Beneficente Nipo-brasileira/Curitiba, bem como dos demais presentes que aqui compareceram honrando e dignificando o Poder Legislativo.

Encerramento da Solenidade:

Convido os presentes para, após solenidade, visitar a exposição da cultura japonesa que está sendo realizada no Espaço Cultural e, em seguida, no restaurante desta Casa de Leis será lançado o livro História da Imigração Japonesa no Paraná, rumo ao Centenário da Imigração, escrito por Toshio Ygarashi, onde será oferecido um coquetel.

Convido a todos a ouvirem o Hino do Paraná, e logo após estará encerrada parte da presente Sessão em Comemoração ao Dia do Imigrante Japonês no Paraná.

(**Execução do Hino do Paraná**)
(**Apresentação de grupo folclórico**)

Reabertura da Sessão:

Reaberta a Sessão e sob a presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão, secretariado pelos Srs. Deputados André Vargas e José Domingos Scarpellini.

O SR. 2º SECRETÁRIO (Geraldo Cartário)

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Mensagens

MENSAGEM Nº 047/06

Curitiba, 07 de junho de 2006.

Sr. Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a doar ao município de Curitiba, imóvel com área total de 1.120,00m² (um mil, cento e vinte metros quadrados), de propriedade do Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná - Fundepar, localizado no bairro Campina do Siqueira, área esta descrita às fls. 08, do protocolado nº 5.941.340-6.

A medida contida no plano de lei em referência consulta plenamente aos superiores interesses da sociedade, eis que, tal imóvel já é utilizado por Unidade de Saúde do Campina do Siqueira e, também, à população dos bairros vizinhos.

No anteprojeto de lei em causa, consta dispositivo expresso no sentido de que o imóvel em causa reverterá ao patrimônio do Estado/Fundepar, caso tenha utilização diversa da prevista.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao município de Curitiba, imóvel pertencente ao Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná - Fundepar, situado nesta capital no bairro Campina do Siqueira, imóvel este encravado, sem saída para via pública, de forma retangular, medindo 40,00 metros por 28,00 metros, com área de 1.120,00m², objeto de Transcrição nº 56.205, do livro 3-BB, do Cartório de Registro de Imóveis da 6ª Circunscrição da Comarca da Capital.

Art. 2º O imóvel de que trata o artigo 1º desta lei, será doado à Prefeitura Municipal de Curitiba e deverá ser utilizado exclusivamente para funcionamento da Unidade de Saúde Campina do Siqueira, retornando, tal imó-

vel, ao patrimônio do Estado/Fundepar, caso haja utilização diversa da prevista.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. À **Diretoria Legislativa**.

MENSAGEM Nº 049/06

Curitiba, 20 de junho de 2006.

Sr. Presidente:

Em conformidade com o preceito contido no artigo 64, inciso II, da Carta Estadual, tenho a honra de passar às mãos de V. Exa. para ser submetida à elevada apreciação dessa augusta Assembléia Legislativa, a presente proposta de Emenda Constitucional objetivando alterar a redação do *caput* do artigo 185 da Carta Constitucional do Estado.

A Emenda Constitucional, objeto da proposta ora formulada, visa ampliar para 30%, no mínimo, a aplicação anual da receita resultante de impostos estaduais, na manutenção e desenvolvimento do ensino público.

A atual norma constitucional determina que a aplicação mínima na manutenção e desenvolvimento do ensino é de 25%, percentual esse que comparativamente com o ora proposto (30%), demonstra, inequivocamente, a garantia de significativa melhoria do ensino público no Estado do Paraná, que, apesar de ser um dos melhores do país, terá condições de ser, ainda, aprimorado. Portanto, a elevação do montante de recursos a serem aplicados na manutenção do ensino público, em si mesma justifica-se e assegura a certeza de que, num futuro bem próximo, os resultados serão significativos e que atenderão plenamente os elevados interesses dos paranaenses.

Esta proposição de emenda, caso aprovada e promulgada por essa augusta Assembléia Legislativa, poderá ser expressa com a seguinte redação:

“Art. 185. O Estado aplicará anualmente 30%, no mínimo, e os municípios aplicarão anualmente 25%, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino público.”

Propõe-se, ainda, a inclusão de um artigo no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, assim redigido:

“Art. 60. A norma instituída pelo *caput* do artigo 185, da Constituição Estadual, vigora a partir do exercício financeiro de 2007.”

É oportuno ressaltar que o percentual de aplicação pelos municípios permanece inalterado.

Submeto, pois, à apreciação dessa Assembléia Legislativa, esta proposição de emenda, contando com o apoio, aprovação e promulgação da mesma.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

PROPOSTA A EMENDA CONSTITUCIONAL

Art. 1º O *caput* do artigo 185 da Constituição do Estado do Paraná, passa a vigorar com a seguinte redação:

“O Estado aplicará anualmente 30%, no mínimo, e os Municípios aplicarão anualmente 25%, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino público.”

Art. 2º Fica incluído, no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Estadual, o artigo 60 com a seguinte redação:

“Art. 60. A norma instituída pelo *caput* do artigo 185 da Constituição Estadual, passa a vigorar a partir do exercício financeiro de 2007”. **À Diretoria Legislativa.**

Ofícios

Sob o nº CTL/CC 143/06, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 013/06, de autoria do Deputado Tadeu Veneri, por julgá-lo inconstitucional. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC 144/06, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 692/05, de autoria da Deputada Cida Borgehtti, por julgá-lo inconstitucional. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC 145/06, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 777/05, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, por julgá-lo inconstitucional. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº 300/06, do Sr. Tadeu Marino Loyola Costa - Presidente do Tribunal de Justiça, encaminhando anteprojeto de lei que altera dispositivos da Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003 (Código de Organização e Divisão Judiciária do Estado do Paraná), visando, unicamente, à extinção de Serviços Distritais de Guaragi e de Itaiacoca. **Ao Conhecimento da Casa.**

Sob o nº 305/06, do Sr. Tadeu Marino Loyola Costa - Presidente do Tribunal de Justiça, encaminhando anteprojeto de lei, visando unicamente, a alteração dos limites das Circunscrições Imobiliárias da Comarca de Ponta Grossa, tendo em vista que a Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003, atual Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado, criou o 3º Serviço de Registro de Imóveis na Comarca. **Ao Conhecimento da Casa.**

Sob o nº 306/06, do Sr. Tadeu Marino Loyola Costa - Presidente do Tribunal de Justiça, encaminhando anteprojeto de lei, relativo às alterações nos limites territoriais das Circunscrições Imobiliárias do Foro da

Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, neste Estado. **Ao Conhecimento da Casa.**

Sob o nº 314/06, do Sr. Tadeu Marino Loyola Costa - Presidente do Tribunal de Justiça, encaminhando anteprojeto de lei, visando, unicamente, a alteração dos limites das Circunscrições Imobiliárias da Comarca de Guarapuava, neste Estado. **Ao Conhecimento da Casa.**

Sob o nº 1071/06, do Sr. Milton Riquelme de Macedo - Procurador Geral da Justiça, encaminhando anteprojeto de lei complementar que dispõe sobre a criação da Ouvidoria do Ministério Público do Estado do Paraná, que regulamenta a indicação e escolha do Ouvidor e dá outras providências. **Ao Conhecimento da Casa.**

Indicação

INDICAÇÃO

Senhor Presidente:

O Líder da Bancada do Partido dos Trabalhadores, que ao final subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, vem indicar o Deputado Padre Paulo Campos, como titular e a Deputada Luciana Rafagnin, como suplente, para compor a Comissão Parlamentar de Inquérito que irá apurar irregularidades em contratos entre empresas fumageiras e agricultores.

Sala das Sessões, em 20.06.06.

(a) ÂNGELO VANHONI

Líder da Bancada Estadual do PT

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 1632

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER regime de urgência ao Projeto de Lei nº 244/06, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que intitui o Programa Paranaense de Revitalização Fiscal das Empresas Paranaenses.

Sala das Sessões, em 20.06.06.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

REQUERIMENTO Nº 1625

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual Ângelo Vanhoni, que ao final subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fulcro no artigo 176 do Regimento Interno desta Casa, REQUER, após aprovação do douto Plenário, preferência de votação para o item 07, Projeto de Lei nº 151/06, de sua autoria, da Ordem do Dia de hoje, passando a ser o item 06, renumerando os itens subsequentes.

Sala das Sessões, em 20.06.06.

(a) ÂNGELO VANHONI

Apoiamento:

Luciana Rafagnin, Natálio Stica, André Vargas e Elza Correia.

REQUERIMENTO Nº 1626

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a realização de uma Sessão Especial desta Assembléia Legislativa, no próximo dia 23 de agosto de 2006, às 17 horas, em comemoração ao Dia do Soldado (25 de agosto)

Se os símbolos nacionais regulamentados por Lei: A Bandeira, o Hino, o Selo e as Armas da República, representam uma nação democraticamente constituída, soberana e livre, o soldado é o sólido alicerce que ajudou a construir essa democracia.

Luis Alves de Lima e Silva, o Duque de Caxias, é Patrono do Exército brasileiro e representa com sua vida íntegra, o soldado brasileiro que será homenageado nesse dia.

Sala das Sessões, em 20.06.06.

(a) RAFAEL GRECA

REQUERIMENTO Nº 1608

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas legais e na forma regimental, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, o envio de voto de profundo pesar à família Stapenhorst, da cidade de Marechal Cândido Rondon-PR, pelo falecimento da Sra. Helma Stapenhorst, na última quarta-feira, dia 07 de junho.

A Assembléia Legislativa do Paraná, por este Parlamentar, respeitando os sentimentos da família, diante da consternação, manifesta solidariedade rogando ao Altíssimo força e resignação para suportar a perda irreparável.

Que as saudades possam ser superadas com a grata lembrança do exemplo de mãe, de amor à família, ao trabalho e à comunidade que a Sra. Helma Stapenhorst deixou para todos nós. Virtudes admiráveis e só vistas em pessoas muito especiais e abençoadas.

Caso aprovado o presente requerimento, solicita-se seja dado ciência do mesmo à família enlutada, na pessoa do Sr. Silvério Stapenhorst, via correspondência, a ser encaminhada à Rua Paraná, 380, ap. 101; CEP: 85.960-000 - Marechal Cândido Rondon-PR.

Sala das Sessões, em 20.06.06.

(a) ELIO RUSCH

REQUERIMENTO Nº 1610

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas legais e na forma regimental, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, o envio de voto de profundo pesar à família Ferreira da Silva, de Marechal Cândido Rondon-PR, pelo falecimento do Sr. José Martin Ferreira da Silva, na última quinta-feira, dia 08 de junho.

A Assembléia Legislativa do Paraná, por este Parlamentar, respeitando os sentimentos da família, diante da consternação, manifesta solidariedade rogando ao Altíssimo força e resignação para suportar a perda irreparável.

Que as saudades possam ser superadas com a grata lembrança do exemplo, de amor à família, ao trabalho e à comunidade que o Sr. José Martin Ferreira da Silva deixou para todos nós.

Caso aprovado o presente requerimento, solicita-se seja dado ciência do mesmo à família enlutada, na pessoa da Sra. Eliza Britz, via correspondência, a ser encaminhada à Avenida Rio Grande do Sul, 6306; CEP: 85.960-000 - Marechal Cândido Rondon-PR.

Sala das Sessões, em 20.06.06.

(a) ELIO RUSCH

REQUERIMENTO Nº 1623

Senhor Presidente:

O Deputado que se subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, o envio de votos de pesar à família do Sr. Gerson Domingos Marchiori, pelo seu falecimento ocorrido na última quarta-feira (13 de junho de 2006). Gerson Domingos Marchiori deixa a esposa, Zenir Marchiori e filho, Gerson Marchiori.

Peço a meus Pares apoio à proposta, solicitando ainda que após a decisão do Plenário seja enviado expediente à sua família, no seguinte endereço: Rua Engenheiro Tourinho, 1060 - Campo Largo-PR; CEP: 83.601-190;

Sala das Sessões, em 20.06.06.

(a) ANDRÉ VARGAS

REQUERIMENTO Nº 1624

Senhor Presidente:

O Deputado que se subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, o envio de votos de pesar à família do Sr. Sady Silvério de Souza, pelo seu falecimento ocorrido na última quarta-feira (13 de junho de 2006), vítima de acidente automobilístico.

Peço, portanto, a meus Pares apoio para mais essa proposta.

Sala das Sessões, em 20.06.06.

(a) ANDRÉ VARGAS

REQUERIMENTO Nº 1597

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER, após ouvido o douto Plenário desta Casa de Leis, envio de votos de congratulações à Sociedade Rural do Paraná pelo aniversário de sessenta anos de fundação, comemorado na data de 19 de junho de 2006.

Requer ainda, envio de expediente ao Diretor-Presidente Alexandre Lopes Kireeff, no endereço: Av. Tira-

dentes, 6275 - Parque Governador Ney Braga; CEP: 86.072-000 - Londrina-PR.

Sala das Sessões, em 20.06.06.

(a) ELZA CORREIA

REQUERIMENTO Nº 1609

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão Plenária de hoje, votos de congratulações pela passagem do aniversário do Regimento da Polícia Montada Coronel Dulcídio, em 30 de junho deste ano.

Requer, outrossim, que da decisão desta Casa de Leis, seja dado ciência ao Comandante-Geral da Polícia Militar do Paraná, Exmo. Sr. Coronel Nemésio Xavier de França Filho e ao Comandante do Policiamento da Capital, Exmo. Sr. Coronel Avelino José Novakoski no seguinte endereço: Regimento da Polícia Montada, Rua Konrad Adenauer, 1166, Bairro Tarumã - CEP: 82.820-540, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 20.06.06.

(a) RENI PEREIRA

REQUERIMENTO Nº 1615

Senhor Presidente:

O Deputado subscrito, no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, ouvido o soberano Plenário, a consignação na Ata da Sessão dos trabalhos de hoje, da aprovação e o envio de votos de congratulações ao Dom Sérgio Arthur Braschi, Bispo de Ponta Grossa, Estado do Paraná.

Tal congratulação é merecida por seus excelentes trabalhos episcopais realizados ao fiéis e cidadãos da arquidiocese de Ponta Grossa.

Requer, outrossim, que da decisão desta Casa seja dado ciência ao homenageado no endereço: Rua Rodrigues Alves, nº 600, Ponta Grossa - Paraná - Brasil; CEP: 84.001-970.

Sala das Sessões, em 20.06.06.

(a) PADRE PAULO CAMPOS

REQUERIMENTO Nº 1616

Senhor Presidente:

O Deputado subscrito, no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, ouvido o soberano Plenário, a consignação na Ata da Sessão dos trabalhos de hoje, da aprovação e o envio de votos de congratulações ao Dom Frei Agostinho José Sartori, Bispo de Palmas e Francisco Beltrão, Estado do Paraná.

Tal congratulação é merecida por seus excelentes trabalhos episcopais realizados ao fiéis e cidadãos da arquidiocese de Palmas e Francisco Beltrão.

Requer, outrossim, que da decisão desta Casa seja dado ciência ao homenageado no endereço: Rua Bispo

Dom Carlos, nº 819, Palmas - Paraná - Brasil; CEP: 84.670-000.

Sala das Sessões, em 20.06.06.

(a) PADRE PAULO CAMPOS

REQUERIMENTO Nº 1617

Senhor Presidente:

O Deputado subscrito, no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, ouvido o soberano Plenário, a consignação na Ata da Sessão dos trabalhos de hoje, da aprovação e o envio de votos de congratulações ao Dom Walter Michael Ebejer, Bispo de União da Vitória, Estado do Paraná.

Tal congratulação é merecida por seus excelentes trabalhos episcopais realizados ao fiéis e cidadãos da arquidiocese de União da Vitória.

Requer, outrossim, que da decisão desta Casa seja dado ciência ao homenageado no endereço: Rua Manoel Estevão, nº 275, União da Vitória - Paraná - Brasil; CEP: 84.600-000.

Sala das Sessões, em 20.06.06.

(a) PADRE PAULO CAMPOS

REQUERIMENTO Nº 1618

Senhor Presidente:

O Deputado subscrito, no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, ouvido o soberano Plenário, a consignação na Ata da Sessão dos trabalhos de hoje, da aprovação e o envio de votos de congratulações ao Dom Alfredo Novak, Bispo de Paranaguá, Estado do Paraná.

Tal congratulação é merecida por seus excelentes trabalhos episcopais realizados ao fiéis e cidadãos da arquidiocese de Paranaguá.

Requer, outrossim, que da decisão desta Casa seja dado ciência ao homenageado no endereço: Rua Vieira dos Santos, nº 365, Paranaguá - Paraná - Brasil; CEP: 83.203-050.

Sala das Sessões, em 20.06.06.

(a) PADRE PAULO CAMPOS

REQUERIMENTO Nº 1619

Senhor Presidente:

O Deputado subscrito, no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, ouvido o soberano Plenário, a consignação na Ata da Sessão dos trabalhos de hoje, da aprovação e o envio de votos de congratulações ao Dom Lúcio Ignácio Baumgaertner, Arcebispo de Cascavel, Estado do Paraná.

Tal congratulação é merecida por seus excelentes trabalhos episcopais realizados ao fiéis e cidadãos da arquidiocese de Cascavel.

Requer, outrossim, que da decisão desta Casa seja dado ciência ao homenageado no endereço: Rua Maranhão, nº 1595, Cascavel - Paraná - Brasil; CEP: 85.806-050.

Sala das Sessões, em 20.06.06.

(a) PADRE PAULO CAMPOS

REQUERIMENTO Nº 1620

Senhor Presidente:

O Deputado subscrito, no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, ouvido o soberano Plenário, a consignação na Ata da Sessão dos trabalhos de hoje, da aprovação e o envio de votos de congratulações ao Dom Armando Círio, Arcebispo Emérito de Cascavel, Estado do Paraná. Tal congratulação é merecida por seus excelentes trabalhos episcopais realizados aos fiéis e cidadãos da arquidiocese de Cascavel.

Requer, outrossim, que da decisão desta Casa seja dado ciência ao homenageado no endereço: Rua Imbuia, nº 120, Recanto Tropical, Cascavel - Paraná - Brasil; CEP: 85.817-550.

Sala das Sessões, em 20.06.06.

(a) PADRE PAULO CAMPOS

REQUERIMENTO Nº 1621

Senhor Presidente:

O Deputado subscrito, no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, ouvido o soberano Plenário, a consignação na Ata da Sessão dos trabalhos de hoje, da aprovação e o envio de votos de congratulações ao Dom Rubens de Souza Espínola, Bispo Emérito de Paranavaí, Estado do Paraná.

Tal congratulação é merecida por seus excelentes trabalhos episcopais realizados aos fiéis e cidadãos da arquidiocese de Paranavaí.

Requer, outrossim, que da decisão desta Casa seja dado ciência ao homenageado no endereço: Rua Francisco Vieira Borges, nº 373, Paranavaí - Paraná - Brasil; CEP: 87.707-180.

Sala das Sessões, em 20.06.06.

(a) PADRE PAULO CAMPOS

REQUERIMENTO Nº 1622

Senhor Presidente:

O Deputado subscrito, no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, ouvido o soberano Plenário, a consignação na Ata da Sessão dos trabalhos de hoje, da aprovação e o envio de votos de congratulações ao Dom Sérgio Aparecido Colombo, Bispo de Paranavaí, Estado do Paraná.

Tal congratulação é merecida por seus excelentes trabalhos episcopais realizados aos fiéis e cidadãos da arquidiocese de Paranavaí.

Requer, outrossim, que da decisão desta Casa seja dado ciência ao homenageado no endereço: Rua Francisco Vieira Borges, nº 373, Paranavaí - Paraná - Brasil; CEP: 87.705-180.

Sala das Sessões, em 20.06.06.

(a) PADRE PAULO CAMPOS

REQUERIMENTO Nº 1601

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, ouvido o

douto Plenário, seja aprovado voto de louvor e reconhecimento por serviços prestados à comunidade e, como tal, encaminhado ao Sr. Dejair Valério, empresário que tem desenvolvido extraordinária atividade no Estado do Paraná, através de seus empreendimentos, gerando emprego e renda à população, e praticando os princípios da justiça social e do desenvolvimento.

Sala das Sessões, em 20.06.06.

(a) RATINHO JÚNIOR

REQUERIMENTO Nº 1602

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja aprovado voto de louvor e reconhecimento por serviços prestados à comunidade e, como tal, encaminhado ao Sr. Valdecir Dario, empresário que tem desenvolvido extraordinária atividade no Estado do Paraná, através de seus empreendimentos, gerando emprego e renda à população, e praticando os princípios da justiça social e do desenvolvimento.

Sala das Sessões, em 20.06.06.

(a) RATINHO JÚNIOR

REQUERIMENTO Nº 1611

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado à Sra. Maria Ignês ScarPELLini, voto de louvor pela eleição e posse na presidência do Rotary Clube de Arapongas, Gralha Azul, Distrito 4710, ocorrida no último dia 10 de junho, como a primeira mulher Presidente a comandar a entidade.

Requer ainda que seja encaminhado à Presidência do Rotary Clube, mensagem de congratulações pelo fato, e que esta Casa une-se à comunidade rotariana desejando uma profícua gestão da atual diretoria.

Sala das Sessões, em 20.06.06.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

JUSTIFICATIVA:

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, congratula-se, neste momento festivo, com a comunidade rotariana do Rotary Clube de Arapongas, Gralha Azul, pela eleição e posse da nova diretoria, tendo à frente a Sra. Maria Ignês Scarpellini, primeira mulher a assumir o comando desta entidade, fato que merece destaque.

Maria Ignês Scarpellini é professora e sempre destacou-se na sociedade araponguense, tendo exercido o cargo de Secretária Municipal de Educação, gestão 83/86, Diretora do Colégio Estadual Emílio de Menezes, Colégio Germano Mayer, Vice-Diretora da Unidade Pólo, Núcleo Regional de Educação, Presidente da Fundação Gaia - Grupo Ambientalista de Apucarana, Diretora Social do Clube Ítalo-Brasileiro de Arapongas, e agora eleita a primeira mulher Presidente do Rotary Clube de Arapongas Gralha Azul, Distrito 4710.

Esta Casa se alia à comunidade rotariana e expressa seu voto de louvor à Sra. Maria Ignês Scarpellini, extensivo a toda a diretoria empossada. Parabéns!

REQUERIMENTO Nº 1607

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Governador do Estado do Paraná, Exmo. Sr. Roberto Requião, solicitando providências em relação ao documento assinado pelo Presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Técnico-Administrativos da Universidade Estadual de Londrina, Sr. Itamar André Rodrigues do Nascimento.

Requer ainda, que a cópia do mesmo documento seja encaminhada à Secretária de Estado da Administração e Previdência, Exma. Sra. Maria Marta Renner Weber Lunardon.

Sala das Sessões, em 20.06.06.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1612

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Comandante Geral da Polícia Militar do Paraná, Cel. Nemésio Xavier de França Filho, solicitando que seja reconsiderada, à luz do Regulamento Disciplinar do Exército, a decisão da Solução de Sindicância do 3º Grupamento de Bombeiros, que determinou as medidas disciplinares ao 3º Sgt QPM 2-0 José Marques, envolvido em ocorrência de vias de fato com um ancião civil, de 75 anos de idade.

Sala das Sessões, em 20.06.06.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

JUSTIFICATIVA:

Sr. Presidente. O fato ocorrido no dia 1º de abril de 2006, na cidade de Rolândia, Norte do Estado, quando num acidente banal de trânsito, o 3º Sargento José Marques, do Corpo de Bombeiros, agrediu covardemente ao ancião Geraldo Borges, de 75 anos de idade, radialista e publicitário, conceituado na cidade, desferindo vários socos e pontapés, causando lesões corporais de toda a natureza, chocou a população e repercutiu na imprensa local e regional.

Causou-nos estranheza que o resultado da Solução de Sindicância, elaborada pelo Tenente Alessandro Marques, da mesma corporação, que apurou ser o fato grave e contrário à ética, aos deveres e às obrigações militares, mas que no Enquadramento Militar, concluiu como “transgressão média” e determinou a detenção disciplinar de 02 (dois) dias, o que não significa nada em matéria de punição. Mais grave ainda, é que o relatório manteve a variação de comportamento do referido militar, como sendo “permanece no ótimo comportamento”, como se nada tivesse ocorrido.

Isto exposto, requer que seja enviado ao Comando Geral da PM, solicitando, para a recuperação moral da Corporação perante a sociedade de Rolândia, a revisão da Solução de Sindicância e do Enquadramento Militar, de forma a fazer justiça à vítima que foi violenta e covardemente agredida.

REQUERIMENTO Nº 1627

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, Deputado Estadual pelo PMDB que este subscreve, PEDE à egrégia Assembléia Legislativa do Paraná que escreva ao Sr. Governador do Estado, Roberto Requião de Mello e Silva, Palácio Iguaçu - Praça N. Sra. de Salette, s/nº; à Secretária de Estado da Cultura, Vera Haj Mussi Augusto; e à Sra. Coordenadora do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural do Estado do Paraná, Rosina Coeli Alice Parchen, que se digne agir - nos termos da Constituição, quando a Lei Magna prevê proteção de Patrimônio Cultural desta Nação - tombando a “Pharmacia Internacional”, sita à Rua Quinze de Novembro, nº 202, na histórica cidade de Antonina, conforme solicitam os seus proprietários André e Elizabeth Fátima Carraro - Rua XV de Novembro, 202 - CEP 83370-000 (fones (41)3432-1601 e (41)3432-1227).

Sala das Sessões, em 20.06.06.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

A referida Pharmácia Internacional de Antonina consta do 1º Inventário do Acervo Cultural Farmacêutico no Brasil, realizado pela Fundação Roberto Marinho e Fundação Nacional Pró-Memória (então dirigida pelo inesquecível Aloysio Magalhães), nos idos de 1981.

Seus proprietários possuem documentação desde 1911, mas há indícios de ser mais antiga, conforme a tradição oral da família e dos velhos moradores da cidade de Nossa Senhora do Pilar da Graciosa de Antonina.

A extraordinária Pharmacia Internacional, edificação já agora ao lado de pousadas e lojas de artesanato, na colina da Matriz do Pilar, compõe inegavelmente o patrimônio cultural do Paraná, é de interesse histórico e turístico.

Sua “boiserie”, ou mobiliário antigo de refinada talha, seus vidros cilíndricos, rolhas esmerilhadas, rótulos trabalhados em ouro, o acervo de fórmulas arcaicas e medicamentos já fora de uso, o instrumental antigo, tudo justifica o tombamento e preservação.

Os ilustres e cuidadosos proprietários, cidadãos de arraigada e louvável identidade cultural, pleiteiam o tombamento para assegurar sua preservação mesmo depois de seu desaparecimento.

Referem, não sem razão, o aparente descaso das instituições culturais, isto porque no mês de janeiro de 2006, pediram audiência à Secretaria de Estado da Cultura, por intermédio deste Deputado em telefonema de própria voz, para serem orientados na conservação

daquele bem cultural e não receberam até hoje atendimento. Estão esperando há cinco meses.

Como sabemos da reta intenção do Governo e da sua ilustre Secretária da Cultura, faço a advertência, simultaneamente ao justo pedido de tombamento. Um Conselho de Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural não pode existir apenas para cumprir o hipócrito mandamento de Tayllerand: "é urgente esperar"...(?)

Sabemos que não há orientação neste sentido no Paraná.

Seja este requerimento encaminhado às autoridades nominadas e a André e Elizabeth Fátima Carraro - Rua XV de Novembro, 202 - Antonina/PR - CEP 83370-000.

REQUERIMENTO Nº 1628

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, Deputado que este subcreve, PEDE à egrégia Assembléia que dirija ao Sr. Governador do Estado, Roberto Requião de Mello e Silva, e ao Diretor-Presidente do Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - Emater, engenheiro agrônomo Sabino Brasil Nunes de Campos e ao Secretário de Estado da Agricultura e Abastecimento, Newton Pohl Ribas, o seguinte pedido de informações:

- por que a Emater e a Secretaria da Agricultura teriam barrado na Feira Sabores do Paraná, a essência de erva-mate? Que argumentos foram utilizados?

Sala das Sessões, em 20.06.06.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

A EssenciallBrasil, acessível pelo contato@essenciallbrasil.com.br, microempresa que assina a carta que segue, faz perfumes de ambiente, sabonetes em barra, cosméticos, condicionadores, shampoos, tudo com a essência da erva-mate. A planta nativa cresce, como vocês sabem, na Mata Sombreada das Araucárias, e seria de grande interesse para o nosso amado Paraná ter a sua cadeia produtiva ampliada além do chimarrão e do chá de mate (tipo Mate Leão).

Um cadeia produtiva forte pode ajudar a salvar o remanescente da mata dos pinheirais, que passará a ser conservada para sombrear os ervaais.

Assim não dá para entender com que argumentos a Emater e a Secretaria de Agricultura teriam barrado - na Feira de Sabores do Paraná - a essência de erva-mate.

É como rasgar a bandeira do Estado do Paraná onde brilha um ramo de erva-mate entre as gloriosas insígnias cívicas.

Agradeceria a eficiente e gentil intervenção para revogar esta proibição ou o Paraná tradicional poderá ficar contra nosso governo. Aproveito para declarar meu apreço pelo excelente trabalho da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento e do Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão.

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 350/06

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar a cessão de uso, à Associação da Terceira Idade de Guaíra/PR, do imóvel constituído por área com 2.554,80 m2, sem edificação, na rua 23 e rua 16 da quadra 78, lotes 6 a 10, pertencente ao Departamento de Estradas de Rodagem - DER/PR, conforme Transcrição das Transmissões nº 6434, do Registro de Imóveis do município de Guaíra, Estado do Paraná.

Art. 2º O imóvel que se refere ao artigo 1º desta lei será utilizado exclusivamente para realização das atividades da Associação da Terceira Idade de Guaíra/PR, especificamente para o fim que esta lhe der, atendidos os princípios que regem a Administração Pública, ficando responsável pela guarda, proteção e manutenção do imóvel, ficando a presente cessão revogada a qualquer momento, em caso de comprovar-se utilização diversa.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 20.06.06.

(a) ELZA CORREIA

JUSTIFICATIVA:

A Associação da Terceira Idade de Guaíra é uma sociedade civil, sem fins lucrativos, em que o público alvo como o próprio nome diz são os idosos.

Fundada em 23 de outubro de 2004, na cidade de Guaíra, a entidade tem por finalidade: assegurar o atendimento às necessidades básicas do idoso, bem como criar condições para o exercício pleno de sua cidadania; buscar e incentivar formas eficazes de atendimento às necessidades que possibilitem a efetiva participação social dos idosos; estimular a integração do idoso à família e à comunidade; combater a discriminação e marginalização por que passam as pessoas da terceira idade; incrementar lazer e recreação, dentro outras atividades realizadas pela Associação da Terceira Idade de Guaíra.

Para a consecução de seu objetivo social, a Associação da Terceira Idade de Guaíra promove bailes, matins dançantes, viagens, palestras sobre aposentadoria, palestras sobre a saúde dos idosos, festas juninas, entre outras atividades que buscam a promoção social e o bem-estar dos idosos.

Ocorre que, as atividades dos idosos realizadas por meio da Associação da Terceira Idade, tais como o grupo de dança Conviver, os artesanatos, entre outras, encontram-se paralisadas por falta de um local adequado para os membros da Associação se reunirem e desenvolverem suas atividades.

Assim, considerando a importância das ações voltadas para os idosos, que possuem respaldo por meio de leis federais e estaduais, é que contamos com a colaboração dos nobres Parlamentares para aprovação do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 351/06
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Declara de Utilidade Pública o Sistema de Saúde de Ubiratã - Sisu, com sede e foro em Ubiratã.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 20.06.06.

(a) RATINHO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

O Sistema Integrado de Saúde de Ubiratã - Sisu, é uma entidade da organização civil de interesse público, sem fins lucrativos, de direito privado, com autonomia administrativa e financeira; está localizado na Rua Pedro Beckauser, nº 633, Centro, em Ubiratã.

Os objetivos do Sisu consistem em: desenvolver e administrar atendimento hospitalar, serviços ambulatoriais, centro de diagnóstico e assistência social, atividades de nutrição, amamentação, saúde da família e segurança de trabalho; promover serviços de voluntariados; organizar treinamentos e atualizações profissionais; organizar seminários, congressos, feiras e eventos voltados ao setor da saúde; desenvolver e administrar programas e projetos de suporte às atividades de saúde e de assistência social voltados aos idosos, jovens e crianças; organizar campanhas e programas de prevenção; desenvolver estudos, projetos e pesquisas na área da saúde, alimentação, medicina do trabalho e assistência social; realizar interface com o setor de educação e organizar clínicas e escolas; administrar postos de serviços de saúde.

Face ao exposto, espero o apoio dos nobres integrantes desta Casa de Leis para a aprovação deste projeto.

PROJETO DE LEI Nº 352/06
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Declara de Utilidade Pública a Sociedade dos Poetas Jandaienses, com sede e foro em Jandaia do Sul.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 20.06.06.

(a) RATINHO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

A Sociedade dos Poetas Jandaienses, com sede na Rua Professor Wilson Roberto Veroni, nº 211 (Colégio

Estadual de Jandaia do Sul) em Jandaia do Sul, Estado do Paraná, é uma sociedade sem fins lucrativos e tem como objetivos: representar, perante a sociedade, o artista literato na defesa de seus ideais artísticos; congregar para o meio, todos aqueles que possam contribuir para a melhoria e aperfeiçoamento das atividades artísticas literárias, sem qualquer discriminação de sexo, idade, credo, raça, ideologia política e linha filosófica; fomentar o interesse pelos estudos literários e estabelecer intercâmbio com artistas e entidades congêneres, visando o aprimoramento artístico, através de troca de informações culturais.

Face ao exposto, espero o apoio dos nobres integrantes desta Casa de Leis para a aprovação deste projeto.

PROJETO DE LEI Nº 353/06
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Comunitária de Comunicação Cultural e Artística de Jataizinho - Rádio Comunitária Nova Geração, com sede e foro no município de Jataizinho/Paraná.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 20.06.06.

(a) MILTINHO PUPIO

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação Comunitária de Comunicação Cultural e Artística de Jataizinho - Rádio Comunitária Nova Geração, que é um importante instrumento de comunicação para a comunidade, podendo fazer uso de seus préstimos entidades, escolas, a comunidade em geral.

O Conselho Tutelar que desenvolve um ótimo trabalho no município, mantém um programa na rádio todos os sábados das 15 às 17 horas, que tem como objetivo principal prestar esclarecimento e fazer divulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente para que toda a comunidade tenha acesso à informação. Essa associação foi fundada em 20 de maio de 1998 com o intuito de fortalecer a opinião da comunidade, bem como sua representatividade, nas lutas populares por melhoria de vida para a população, nas áreas sociais, culturais, esportivas, produtivas, a busca de união próspera, é isto que essa associação tem por objetivo. Progresso e qualidade de vida.

Pelo exposto, espero poder contar com o apoio dos nobres Parlamentares para a aprovação do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 354/06
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Institui no Calendário Oficial de Eventos do Estado a Festa do Dia 1º de Maio - Dia do Trabalhador,

realizada pelo Seminário São José Operário, no município de Cascavel, neste Estado.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 20.06.06.

(a) ELIO RUSCH

JUSTIFICATIVA:

Srs. Pares.

Honrosamente submeto à apreciação de V. Exas. o anexo projeto de lei, que pretende instituir no Calendário de Eventos do Estado a Festa do 1º de Meio - Dia do Trabalhador, realizada pelo Seminário São José Operário, na cidade de Cascavel.

É amplamente conhecida a grandiosidade dessa festa, chamando a atenção por esse fato, da imprensa do Brasil afora. Como exemplo, pode ser citada a matéria feita pelo programa “Mais Você”, da apresentadora Ana Maria Braga, da Rede Globo de Televisão, que mostrou o gigantismo do evento.

A Festa do Dia do Trabalhador, organizada pelo Seminário São José Operário, foi criada há mais de onze anos, com a intenção de angariar recursos, via venda de carnes (costelas), com a finalidade de ajudar na formação de novos sacerdotes para as dioceses existentes na cidade de Cascavel. Com o tempo, essa festa foi crescendo e a cada novo evento ela vai tomando proporções maiores, devido ao afluxo cada vez maior de pessoas de Cascavel, de outros municípios e até proveniente de outros estados, para saborearem os famosos assados nessa importante confraternização.

Para ver a amplitude alcançada por essa festa, tem-se como exemplo, a última que aconteceu recentemente, em 1º de maio, quando foram assados 550 costelões, e o número de visitantes chegou à cifra aproximada de trinta mil pessoas.

Srs. Pares, é por essa razão acima exposta que conclamo o vosso pronto apoio à matéria e o seu voto favorável para a aprovação da matéria.

PROJETO DE LEI Nº 355/06

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam estabelecidas regras para as relações de consumo nos serviços de colocação profissional no mercado de trabalho, de assessoria e consultoria em recursos humanos e similares.

Art. 2º Incumbe às prestadoras dos serviços de que trata esta lei:

I - entregar ao consumidor a tabela atualizada contendo a discriminação dos serviços prestados, com os preços cobrados para cada um deles;

II - especificar nos contratos, de forma clara, ostensiva e com caracteres destacados:

a) o preço do serviço prestado;

b) a forma do pagamento;

c) os valores que serão pagos pelo consumidor e pela contratada no caso de desistência ou outras formas de cancelamento ou descumprimento do contrato;

d) os serviços para os quais comprove dispor dos recursos e meios para efetivamente realizá-los;

III - assegurar a privacidade das informações de caráter pessoal do consumidor, limitando a divulgação à idade, ao estado civil, à qualificação e à experiência profissional;

IV - informar o consumidor para quais empregadores encaminhou seu currículo, ou está indicando o seu aproveitamento;

V - fazer constar em qualquer material publicitário destinado à divulgação de seus serviços, advertência de que não garante a efetiva convocação para entrevistas ou a contratação a serem realizadas pelos empregadores;

VI - não estimular, orientar ou indicar ao consumidor candidato à colocação no mercado de trabalho que se submeta à avaliação psicológica, pessoal, de imagem, treinamento para entrevistas ou outras assemeelhadas, como forma de auxiliar na obtenção de empregos ou colocação e recolocação profissional, que sejam de qualquer forma custeados por esses consumidores.

§ 1º Os dados constantes do cadastro com informações, bem como os dados pessoais prestados pelo consumidor, não serão:

1. divulgados por qualquer meio e a quem quer que seja, salvo expressa autorização do consumidor candidato;

2. utilizados para finalidade diversa à prevista no contrato e na autorização.

§ 2º No ato da assinatura do contrato de adesão pelo consumidor de que trata esta lei, deverá ser apresentada comprovação de que a prestadora atual para tomadores de seus serviços para a captação de recursos humanos no mercado, bem como nas áreas de colocação e recolocação profissional e similares.

Art. 3º Pelo descumprimento do disposto nesta lei, os infratores ficarão sujeitos ao pagamento das seguintes multas:

I - 2 (duas) Unidades Fiscais - UFIR - para cada R\$ 1,00 (um real) indevidamente cobrado;

II - 500 (quinhentas) UFIR para cada uma das demais infrações.

§ 1º As penalidades serão agravadas no caso de reincidência e serão aplicadas na forma do regulamento, sem prejuízo das sanções penais cabíveis, nos termos da Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor.

§ 2º Os recursos, oriundos da aplicação das penalidades de que trata o *caput*, serão destinados integralmente para o Fundo Social do Paraná.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 20.06.06.

(a) AILTON ARAÚJO

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto pretende coibir ofertas enganosas e práticas abusivas de empresas inescrupulosas e salvaguardar as empresas que agem honesta e corretamente. A prestação de serviços de colocação e recolocação profissional caracteriza-se como atividade de intermediação entre a oferta e a demanda de recursos humanos no mercado de trabalho.

É o caso das agências de emprego, as assessorias e consultorias em recursos humanos e outras sociedades similares voltadas à interdição, recrutamento e seleção de mão-de-obra.

Estas sociedades atuam no mercado oferecendo os seus serviços em duas formas principais:

a) para pessoa física e jurídica que necessitam de recursos humanos e contratam esses serviços, geralmente, sob a forma de contratos de terceirização, remunerados pela efetiva realização do objeto dos respectivos contratos;

b) para consumidor individual, pessoa física, candidato a uma colocação no mercado de trabalho ou recolocação profissional, captando esses clientes na forma de contratos de adesão, onde o consumidor não tem a prerrogativa de ajustar individualmente suas cláusulas.

São alcançadas, pela Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre o Código de Defesa do Consumidor - CDC - na condição de fornecedoras de serviços, sendo obrigadas a conduzir-se da forma nela estabelecida nas relações de consumo mantidas, principalmente, com os seus clientes pessoas físicas candidatos a uma colocação no mercado de trabalho.

Para atender aos requisitos do CDC, quanto à harmonia nas relações de consumo, à qualidade e confiabilidade dos serviços fornecidos no mercado consumidor, para os casos de clientes agenciados pelo lado da demanda por emprego, a prestadora deve garantir sua condição de intermediária e agente do tomador, pelo lado da oferta de empregos e outros postos no mercado de trabalho.

Assim para captar clientela pelo lado da demanda, através de contrato de adesão firmado com o candidato à vaga, a sociedade intermediadora deve oferecer a contrapartida da garantia de que dispõe em carteira de contratos de prestação de serviços de recrutamento por parte de empregadoras.

Essas condições são fatores presentes em termos de ajustamento de conduta, firmados entre o Ministério Público do Estado e algumas sociedades denunciadas por propaganda enganosa e prática abusiva.

Instala-se a chamada indústria da recolocação profissional, que além de ofender o CDC apresenta características de estelionato, quando a sociedade fornecedora do serviço não é intermediária entre a oferta e a demanda

nas relações do mercado de trabalho e passa a captar clientela apenas na ponta da demanda, dos candidatos a emprego, sem que disponha de clientes suficientes pelo lado do empregador.

Remunerada exclusivamente pelo candidato a emprego, e sem capacidade efetiva de entregar o serviço que promete, ou seja, a colocação no mercado do cliente captado através de contrato de adesão, busca definir-se como consultoria, assessoria ou divulgadora de currículos. Não atua como agência de empregos e, quando flagrada em prática abusiva, argumenta que presta serviços de preparação dos candidatos para a concorrência no mercado de trabalho, buscando evadir-se e dissimular o procedimento ilícito nas relações de consumo desses serviços.

Porém, a simples preparação de pessoas para concorrer no mercado de trabalho deve ser classificada como serviço de capacitação e treinamento e não recolocação no mercado de trabalho e similares.

Assim como o Ministério Público, o Procon também recebe constantemente denúncias de tais práticas ilegais.

Em que pese a fiscalização e medida de combate aos abusos empregadas pelo MP e pelo Procon, esses fornecedores continuam tendo sucesso em seus negócios, em função da situação de vulnerabilidade do consumo pressionado pelo desemprego crônico, pela falta de perspectivas de trabalho e pela carência do aparelho de Estado em prover à proteção adequada e extensiva a todo o universo de desempregados.

Assim faz-se necessário que o Estado cumpra seu papel, protegendo o consumidor e intervindo no mercado. Nesse cenário, mostra-se urgente a instituição de novos instrumentos legais, que garantam a aplicação eficaz daqueles já existentes, de modo a fazer valer as leis em vigor e especialmente o Código de Defesa do Consumidor.

Da perspectiva das prerrogativas do Legislativo estadual, a proposição e aprovação de lei estadual vedando o pagamento prévio desses serviços estaria centrada na função legislativa, vez que, sendo a matéria relativa à proteção do consumidor de competência concorrente, a União responde pelo estabelecimento de normas gerais e os Estados podem estabelecer normas específicas e suplementares.

É o que se pretende com a aprovação do presente projeto, para a qual contamos com o apoio de meus nobres Pares.

PROJETO DE LEI Nº 356/06

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica instituído o Passe-Livre para os estudantes, nos serviços de transportes coletivos explorados no Estado do Paraná.

Parágrafo único. Serão considerados estudantes, para efeito da presente lei, aqueles regularmente matriculados no ensino fundamental, médio e superior, alunos dos cursos técnicos e profissionalizantes legalmente reconhecidos pelo MEC, público ou particular.

Art. 2º Em nenhuma hipótese, poderá ser autorizado o aumento de tarifas de transporte urbano devido os custos que este benefício possa originar.

Art. 3º A gratuidade do transporte coletivo será concedida mediante apresentação de comprovação de frequência de 100% nas aulas do curso em que o estudante estiver matriculado.

§ 1º Os passes serão repassados para o estudante na forma de passagens em seus cartões transporte.

§ 2º A gratuidade para estudantes será concedida no período compreendido de segunda a sexta-feira.

§ 3º Para ter direito o estudante deverá comprovar matrícula em estabelecimento de ensino e todo mês comprovar frequência de 100%.

§ 4º O estudante poderá justificar sua falta ou faltas através de atestado médico.

Art. 4º Para o recebimento dos passes, de que trata o artigo 3º, o estudante deverá apresentar a declaração de assiduidade às aulas ao órgão competente todo mês, em papel timbrado, assinada pelo responsável da instituição.

Art. 6º Tal benefício terá validade em todos os transportes coletivos que circulem no âmbito do Estado.

Art. 7º As despesas com a execução desta lei ficarão por conta de dotações financeiras próprias, consignadas no orçamento vigente e suplementadas, se necessário, devendo as previsões futuras destinar recursos específicos para seu fiel cumprimento.

Sala das Sessões, em 20.06.06.

(a) AILTON ARAÚJO

JUSTIFICATIVA:

“Enquanto o direito tiver de contar com as agressões partidas dos arraiais da injustiça - e isso acontecerá enquanto o mundo for mundo - não poderá prescindir da luta. A vida do direito é a luta - uma luta dos povos, dos governos, das classes sociais, dos indivíduos.” Rudolf Von Ihering.

Em primeiro lugar, a certeza historicamente comprovada de que novos direitos não surgem da boa-vontade de qualquer governante, mas da mobilização consciente e organizada do povo explorado, em especial dos estudantes.

Entrando nas argumentações, técnico-jurídicas, já expressadas até agora sobre o assunto, é preciso afirmar antes de tudo que o passe livre não é inconstitucional, porque foi instituído pela Constituição Federal em seu artigo 208, Inciso VII.

(Art. 208.) O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: *VVII - atendimento ao educando, no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde*) ainda em 1988.

Numa sociedade desigual, a distributividade da justiça se faz com medidas igualitárias. Se o transporte público é condição necessária para o exercício do direito de ir e vir, especialmente para aqueles que contam apenas com seus braços e pernas para ganhar a vida, uma vez concedido o passe livre aos estudantes o impacto será proporcionalmente maior na renda das famílias mais carentes, que são os verdadeiros usuários do transporte coletivo.

O passe livre estudantil universal subsidiado pelo Município, pelo Estado e pela União, além de ser despesa obrigatória destes três entes federativos, é questão de justiça. É a isso que se deve prestar atenção, e não ao besteirol técnico-jurídico com o qual querem impedir sua execução.

Em nenhum momento esta legislação distingue “estudantes pobres”, “estudantes que moram longe” e os demais estudantes, que têm direito adquirido. CF, artigo 5º, XXXVI (artigo 5º *Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: XXXVI - a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada;*) ao passe livre universal. A administração pública viola o direito adquirido destes estudantes que não se enquadram nos critérios burocráticos - muitas vezes distanciados na realidade - criados para definir quem é e quem não é “pobre”, quem mora e quem não mora longe da escola, etc. É como se o governo desse o passe livre universal com a mão esquerda para depois negá-lo com a direita.

O transporte público hoje é condição necessária para o exercício do direito de ir e vir. Se você duvida disso, experimente deixar de pegar ônibus por um dia. Se achar que agüenta, repita esse exercício até completar uma semana. Para quem está acostumado a andar de ônibus, trem, metrô ou qualquer outro meio de transporte de massas, será um sacrifício horroroso; mas é a realidade de milhões de pessoas no país que não têm dinheiro para pagar pela sua própria locomoção.

O transporte, segundo o IBGE, é a terceira maior fonte de despesas no orçamento familiar em todas as regiões do país, e pesa mais ainda no orçamento de quem ganha menos - parcela bastante expressiva da população. Em Curitiba, por exemplo, 72% da população depende do transporte coletivo para seu deslocamento, e noutras cidades a realidade não deve ser muito diferente.

PROJETO DE LEI Nº 357/06
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Dá nova redação ao parágrafo 2º do artigo 29 da Lei nº 15.050/2006, que autoriza o Poder Executivo Estadual a alterar o GS = Gratificação de Saúde, aos Agentes Universitários, vinculados à SETI = Secretaria da Ciência e Tecnologia, com lotação nos 03 (três) Hospitais Universitários da IEES = Instituições Estaduais de Ensino Superior, nos mesmos termos dos servidores do QPPE = Quadro Próprio do Poder Executivo.

§ 2º Fica concedida a GS = Gratificação de Saúde, no valor linear mensal de R\$ 700,00 (setecentos reais), a cada Agente Universitário, as classes e local indicados na Tabela do Anexo V da presente lei.”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros retroativos a partir de 1º de junho de 2006.

Sala das Sessões, em 19.06.06.

(a) PADRE PAULO CAMPOS

JUSTIFICATIVA:

A presente proposição tem por objetivo, conceder de forma linear a GS = Gratificação de Saúde, aos Agentes da Carreira Técnica Universitária, que estão vinculados à SETI = Secretaria da Ciência e Tecnologia, com lotação nos 03 (três) Hospitais Universitários da IEES (Londrina, Maringá e Cascavel), nos mesmos termos dos servidores do QPPE = Quadro Próprio do Poder Executivo.

O Decreto Estadual nº 3.896, publicado no Diário Oficial nº 6.855 de 18.11.04, concedeu o abono provisório e emergencial, com duração de 01 (um) ano, no valor de R\$ 300,00 (trezentos reais) mensais.

O abono linear concedido pelo Decreto supra, atendeu à necessidade de aproximar os ganhos da carreira administrativa das IEES com as funções assemelhadas do QPPE.

A medida foi emergencial, para que no futuro, mediante lei própria, fossem corrigidas eventuais distorções entre a remuneração efetivamente percebida e as funções desempenhadas.

Acontece que com advento da Lei Estadual nº 15.050, publicada no Diário Oficial nº 7.205 de 12.04.06, agravou as distorções piorando a situação, pois se for comparada as tabelas de remuneração do QPPE, Lei Estadual nº 15.044/06, com a dos Agentes Universitários que desempenham suas funções em Unidades de Saúde de Alta Complexidade, houve perda remuneratória.

Assim, se faz necessário e em regime de urgência, a instituição da GS = Gratificação de Saúde, para os Agentes de Carreira Técnica Universitária dos HU's, com o intuito de aproximar os ganhos da carreira administrativa das IEES com as funções assemelhadas do QPPE.

Tendo em vista que a natureza dos serviços prestados à comunidade paranaense, pelos servidores das IEES nos HU's, é a mesma desempenhada pelos servidores do QPPE, lotados nas Unidades de Saúde do Estado.

Sendo assim, espera-se o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 358/06
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica revogado o parágrafo único do artigo 3º da Lei Estadual 10.891, de 27 de dezembro de 1994.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 20.06.06.

(a) TADEU VENERI

Apoioamento:

Renato Gaúcho, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Valdir Rossoni, Natálio Stica, Elton Carlos Welter, Cida Borghetti, André Vargas, Chico Noroeste, Hermas Brandão, Francisco Bühner, Elza Correia, Ângelo Vanhoni, Luiz Fernandes da Silva Litro, Pedro Ivo Ilkiv, Barbosa Neto, Padre Paulo Campos, Ratinho Júnior, Luiz Accorsi, Elio Rusch, Durval Amaral e Pastor Edson Praczyk.

JUSTIFICATIVA:

O parágrafo que está sendo revogado reza: A liberação terá duração igual à do mandato, podendo ser prorrogada, no caso de reeleição, por uma única vez.

A Constituição Federal de 1988 assegurou aos servidores públicos o direito à livre organização sindical assim como o direito à greve.

O artigo 8º da Carta Magna assegurou a todos os trabalhadores o direito à livre organização sindical independente de autorização estatal.

Caput do artigo 8º. É livre a associação profissional ou sindical, observado o seguinte:

O artigo 37 da Constituição Federal, em seus incisos VI e VII assegurou também aos servidores públicos o direito à livre organização sindical e à greve.

VI - É garantido ao servidor público civil o direito à livre associação sindical;

VII - o direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos em lei.

A manutenção deste dispositivo representa ofensa à liberdade sindical dos servidores públicos prevista na Constituição Federal.

A duração do mandato dos dirigentes sindicais, bem como suas liberações, devem estar previstas no Estatuto Sindical.

A manutenção ou não dos dirigentes sindicais em seus cargos é prerrogativa dos servidores públicos sindicalizados.

É vedado constitucionalmente a intervenção estatal na organização sindical, portanto, inconstitucional tal medida.

Determina o inciso I do artigo 8º da Carta Magna:

I - a lei não poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, ressalvado o registro no órgão competente, vedadas ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical.

Por todo o exposto, esperam os autores, que o presente projeto seja aprovado o mais rapidamente possível à presente proposição.

Horário das Lideranças:

O SR. NELSON GARCIA (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, gostaria de registrar a presença dos Vereadores de Guaporema: Luís Gasperin, Antonio Bráulio, Edivaldo Aparecido de Oliveira Martins.

Agradeço a presença deles aqui.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

No Horário destinado às Lideranças concedo a palavra ao Deputado André Vargas, usando do Horário da Liderança do PT.

Liderança do PT: Deputado André Vargas

O SR. ANDRÉ VARGAS

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Queria saudar a chegada da marcha dos professores e funcionários de escolas que democraticamente vêm até esta Casa, lamentavelmente como único espaço de interlocução, na justa reivindicação de equiparação salarial e também do plano de cargos, carreira e salários dos servidores da educação. Reivindicações que vamos discutir hoje, está no item número 06 da pauta.

Mas, antes de falar um pouco mais sobre isso - e teremos oportunidade para o debate - queria abrir, já previamente combinado, um aparte ao Deputado Natálio Stica, que certamente falará do nosso grande evento hoje com o Presidente Lula, na Petrobras.

Deputado Natálio Stica.

O Sr. Natálio Stica (PT)

Obrigado, Presidente André Vargas.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ilustres visitantes.

Na manhã de hoje, tivemos a visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva na nossa refinaria da Petrobras em Araucária. O Presidente veio para fazer o teste de lançamento de um produto chamado H-bio, que na verdade é uma novidade em relação ao biodiesel.

Portanto, um evento que o Paraná sai na frente em todos os estados e todas as refinarias de petróleo do nosso país, e a Petrobras, mais uma vez, dando a sua contribui-

ção fazendo agora esta, através do H-bio, a mistura do óleo vegetal com o óleo do petróleo fazendo com que diminua a poluição dos seus derivados, em especial o óleo diesel. Falarei mais nos próximos dias, e com mais detalhes sobre este assunto para não comprometer o horário que o Deputado André Vargas deseja usar.

Mas, hoje, quero agradecer o Presidente Lula pela convicção que tem em relação ao biodiesel e ao H-bio, e à Petrobras por ser a pioneira no nosso país, deixando de estar apenas no petróleo e agora também com a questão do óleo vegetal.

Portanto, um grande passo dado na manhã de hoje na refinaria de Araucária, que com certeza será a grande porta para que todo o nosso país dê o avanço que precisa do biodiesel, e no meio ambiente.

Por enquanto fico por aqui, Sr. Presidente, e volto nos próximos dias para detalhar a visita do Presidente Lula.

Muito obrigado, Deputado André Vargas.

O SR. ANDRÉ VARGAS (PT)

De fato merece uma atenção especial isso que ocorreu hoje na região metropolitana, na cidade de Araucária, na Repar, a presença de milhares de pessoas e o investimento em energia que vai ter reflexo para o futuro das gerações. Acho que Presidente da República tem que pensar nas futuras gerações e pensar nos interesses nacionais, e isso ele tem pensado. Às vezes as pessoas estranham quando as pesquisas apontam essa disputa, esse resultado. É o mundo real, é mundo!

Hoje, haveremos de debater, portanto, dois projetos importantes. Também na esfera nacional houve uma articulação do Governo para reconhecer; o Deputado Tadeu Veneri acompanhou detalhadamente com toda a nossa Bancada, reconheceram aqueles profissionais em educação que não estavam em sala de aula para que eles pudessem ter o direito à aposentadoria especial. Foi algo importante.

Queria saudar a direção estadual da APP-Sindicato. Por quê? Porque estamos assistindo com preocupação, Sr. Presidente, e novamente pedimos, e V. Exa. já se dispôs, em conjunto, equacionamos a questão legal para que não permitamos que no Estado do Paraná, por quem tem uma direção que luta pela sua categoria, queria em especial citar o Presidente José Lemos e toda a sua Diretoria, porque eles lutam pelas justas reivindicações de sua categoria, estando protegido pelo direito constitucional, e estão aqui no Paraná sofrendo a perseguição política do Governador. Ataques que não ajudam em nada a equação dos problemas reais da educação do nosso Estado.

Independente de governo ou oposição, precisamos assumir de fato as obrigações que o povo do Paraná nos atribuiu há três anos e meio com o voto. O mandato parlamentar tem que ser honrado, não para falar amém ao Governador, mas para apontar caminhos, dar opiniões. E, às vezes, na relação entre sindicato e empregador, surgem visões diferenciadas, isso é muito normal. O que não

pode é vivermos em pleno século XXI e assistirmos a coisas que nem na época da ditadura assistíamos. Mais do que isso, às vezes um problema pessoal impede uma negociação que poderia ser simples. O exemplo está na pauta de hoje, possível de ser negociado, de encontrarmos uma solução, desde que sentássemos na mesma mesa. Por apelo do Governo, o Deputado Caíto Quintana, mesmo não sendo Líder, convenceu-nos a retirar da pauta esse projeto, para que conversássemos com o Governo.

Lamentavelmente, vimos um processo de negociação que não se chegava a lugar nenhum. Por quê? Porque o Governador e o Secretário da Educação não se dispuseram a sentar conosco. Porque se sentassem, veriam que um dos projetos, o do Plano de Cargos, Carreira e Salários, não tem impacto financeiro nenhum. Se sentassem com a categoria, com a Deputada Elza Correia e demais Deputados para evitarmos um confronto maior, certamente chegaríamos a uma equação.

Portanto, a votação, hoje, é um sinal político, da vontade política desta Casa que reconhece não só a justiça das reivindicações, mas o valor dos professores no papel estratégico de construção de uma nação. Não bastam investimentos se não tivermos uma política correta de valorização dos servidores, professores e todos aqueles que atuam na educação.

Concedo um aparte ao Deputado Barbosa Neto.

O Sr. Barbosa Neto (PDT)

Quero dizer, em nome do nosso Líder Luiz Carlos Martins, que estaremos nos somando a esta luta, que é digna. Participamos, na semana passada, de uma audiência pública em Londrina. Amanhã estaremos trazendo para cá os professores universitários que também não foram aquinhoados com a reposição salarial, tanto na equiparação quanto na reposição; seremos parceiros mais uma vez nesta causa e pode contar conosco.

Parabéns a essa iniciativa, Deputado André Vargas e a toda Bancada do PT.

Muito obrigado.

O SR. ANDRÉ VARGAS (PT)

Teremos oportunidade de debater esse projeto. Mas, faço novamente um apelo, para que neste momento importante, cada um de nós dê o seu sinal, a sua contribuição, uma mensagem. Uma mensagem que o Judiciário já emitiu, determinando que o Governo do Estado remettesse para esta Casa um projeto desse teor.

O Sr. Plauto Miró Guimarães (PFL)

Um aparte, Deputado?

O SR. ANDRÉ VARGAS (PT)

Estou no final do meu pronunciamento, mas se o Presidente permitir...

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Peço para V. Exa. concluir.

O SR. ANDRÉ VARGAS (PT)

Sim, Presidente.

Teremos, Deputado Plauto, oportunidade de debater. Acho que todos nós devemos nos envolver neste projeto, porque ele é simbólico, sim.

O Sr. Plauto Miró Guimarães (PFL)

Seu projeto tem o apoio do nosso Partido, o PFL.

O SR. ANDRÉ VARGAS (PT)

Está bem. Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Consulto à Liderança do PSDB se fará uso do seu tempo.

Com a palavra o Sr. Deputado Valdir Rossoni.

Liderança do PSDB: Deputado Valdir Rossoni

O SR. VALDIR ROSSONI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, prezados professores.

Inicialmente, quero dizer ao Deputado André Vargas que votaremos junto com sua proposta.

O que me traz à tribuna, no dia de hoje, é a presença do Presidente da República no Paraná. Acredito que tenhamos que recordar alguns fatos que têm que ser analisados, neste momento, para formarmos um juízo de valor.

Quando soube que o Presidente da República vinha ao Paraná, achei que viria para inaugurar aquele laboratório em Paranaguá. Sim, porque essa é a forma de fazer política no Brasil.

Quando da eleição de Prefeito de Curitiba, o então Presidente da República não tinha como vir ao Paraná com o dinheiro público e encontrou uma forma: inaugurar um laboratório que não estava pronto. Montaram em uma sala alguns aparelhos, filmaram e inauguraram. Hoje, vejo o Presidente da República vir ao Paraná lançar um programa, um novo produto.

Acredito que ele poderia, sim, ter vindo ao Paraná e aproveitar para mandar roçar o capim do laboratório que não está funcionando. Dois anos depois, roçaria o capim, faria uma nova inauguração e poderia voar com o seu jato pelo Paraná, às vésperas das eleições.

Então, esses fatos têm que ser lembrados porque nós, políticos - aí eu me incluo - temos determinadas atitudes que a população reprova e ela tem toda razão. Não damos motivos para a população nos respeitar.

Alguém pode dizer: "o Presidente do PSDB do Paraná está fazendo uma crítica ao Presidente Lula!" Não estou fazendo crítica, estou constatando um fato que ocorreu, que é para enganar a opinião pública. O que acontece? Eu sou o Presidente da República, preciso ir ao Paraná para costurar as minhas alianças, encaminhar a minha campanha a Presidente da República. Vamos inau-

gurar o quê? Agora não tem mais o laboratório. Então, vamos lançar um produto em Minas Gerais, mas ainda não é o momento oportuno, então vamos fazer isso lá no Paraná.

A grande verdade é que estamos dando aos nossos filhos, aos nossos netos, e à população brasileira, um péssimo exemplo de cidadania. Esta é a grande razão.

Eu não diria nada se o Presidente da República viesse ao Paraná com jatinho particular que não fosse dinheiro do caixa-2. Poderia vir fazer campanha, democracia é isso. Agora, encontrar desculpas para voar com o nosso dinheiro, para vir aqui novamente lançar o que não existe? Esse Governo está virando o seguinte: como não tem obra, sabe qual é a obra que o Governo Federal tem no Paraná? A grande obra foi o tapa-buracos.

Conheço muito bem a região de Curitiba, descendo pelo Sudoeste, passando por União da Vitória. Fizeram o tapa-buracos na rodovia, que tem mais placas do que dinheiro investido e esta é a grande obra do Governo Federal no Paraná. Então veio lançar esse produto por quê? Tinha que vir ao Paraná conversar com os políticos, costurar as alianças e aí encontrou um subterfúgio. Estão achando que estamos acreditando. Não há mais como acreditar nisso! Ainda tenho esperança.

Quero dizer aos senhores que a minha esperança não é que a, ou b, ou c seja Presidente da República. A minha esperança, como cidadão, como pai, e como avô, é que eu possa colocar a minha família na frente da televisão e não veja o mandatário maior desta nação tentando enganar a população. Porque ele não sabe nunca de nada! Ele nem sabe que veio ao Paraná com o dinheiro público! Porque com quarenta ladrões dentro do Palácio do Planalto, do ladinho dele, só três centímetros de parede, e ele não tinha conhecimento.

Talvez não tenha conhecimento neste momento que veio ao Paraná, com os recursos públicos, para fazer nada. Poderia, sim, ter gasto esse dinheiro, roçado o capim do laboratório, Deputada Elza, que pelo menos estaria bem cuidado. Mas, aquela obra já foi inaugurada há dois anos, e não está funcionando, está lá parada.

Concedo o aparte ao Deputado Stica.

O Sr. Natálio Stica (PT)

O Presidente Lula está investindo um bilhão e trezentos milhões de dólares na Refinaria de Araucária. Isto, por si só, já justificaria a sua vinda. Mas, não foi nem por isso que ele veio. Veio porque está lançando o H-bio, que vai pôr o Brasil em primeiro lugar no mundo, no combate à poluição, através dos hidrocarbonetos.

Ele fez uma parada de uma viagem que está fazendo ao Rio Grande do Sul, Passo Fundo, onde lança a maior usina de biodiesel do Rio Grande do Sul. Portanto, é o Presidente que faz.

Agradeço.

(Aplausos)

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Agradeço pelo seu aparte, mas V. Exa. retratou o meu pronunciamento. Ele passa pelo Paraná e lança o H-bio. Ele vai ao Rio Grande do Sul e lança uma grande refinaria. Será que ele não vai para a Argentina lançar mais alguma coisa? Porque está terminando o Governo e ele ainda está lançando! Parece o Cabo Canaveral. Esta é a grande razão!

V. Exa. me deu a oportunidade de falar o que estou falando. Espero que aconteça no Brasil o que for melhor para os brasileiros. Espero que os aplausos dos professores não sirvam de lágrimas o ano que vem, porque todos os analistas econômicos que hoje falam da situação do Brasil, estão dizendo o seguinte: que o Brasil, a partir do ano que vem, vai pagar a conta. E vai pagar a conta muito caro, porque o Brasil, que conseguiu dominar a inflação, esse não é um feito apenas de um governo. É a continuidade de trabalho que vem há muitos anos.

Para concluir este um minuto, quero dizer que acredito que possamos fazer aqui um debate sem agressão pessoal, Deputado Stica. Tenho um grande respeito pelos Deputados do PT, são dignos do cargo que exercem, mas temos que ter o direito de divergir e fazer o nosso posicionamento e as nossas críticas. Democracia é feita assim.

Mas, Deputado Stica, aproveite a vinda do Presidente Lula e peça a ele, como forma de respeito aos paranaenses, que esta obra que há dois anos foi inaugurada entre em funcionamento, senão daqui a seis anos ele estará voltando para inaugurar.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Com a palavra, Deputado José Domingos ScarPELLini.

Liderança do Bloco PP/PSB: Deputado José Domingos ScarPELLini (PSB)

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Ontem, assistimos a um programa de televisão, no horário gratuito da Justiça Eleitoral. Como Deputado de Oposição, vibrei com as verdades que o PFL soube dizer ao povo do Paraná, usando de maneira objetiva o que estamos cansados de falar e aquilo que o povo do Paraná não está ouvindo porque estamos vendo o “silêncio dos inocentes”. As rádios, as televisões, os jornais estão a aplaudir os atos do Governo do Estado do Paraná.

Mas, ontem ouvimos depoimentos de pessoas que moram em Santa Catarina, dizendo que o Governador Roberto Requião merece o título de Cidadão Honorário do povo catarinense porque está fazendo o desenvolvimento e o crescimento dos dois portos de Santa Catarina, que são o de São Francisco e o de Itajaí, com as suas filas nas exportação, enquanto o Porto de Paranaguá está às

moscas, em função da teimosia do Governador em manter o seu irmão como Superintendente. Era o maior porto de exportação de grãos do Brasil.

Lamentavelmente, temos que concordar com tudo aquilo que ouvimos porque é a verdade. E se fosse permitido, pediria um minuto de silêncio na Assembléia ao Governo do Paraná, porque ele está matando a nossa economia. E pela morte da nossa economia, um minuto de silêncio. Para depois, porque agora temos que aproveitar o nosso tempo para falarmos das coisas que estamos cansados de ver. As placas que o Governo Federal coloca na rodovia: “esta obra está sendo realizada pelo Governo Federal”. Aí você passa e não vê obra nenhuma. Acho que obra, muitas vezes, é a “titica” de um cachorro que passa pelo acostamento e deixa ali a sua obra.

O Sr. Ademar Traiano (PSDB)

Deputado Scarpellini, conceda-me um aparte?

(Assentimento)

Para contribuir, na esteira do seu pronunciamento, V. Exa. afirmou uma coisa verdadeira, mas quero fazer uma correção. As placas que visualizamos nas rodovias federais do Paraná e de todo o Brasil, com certeza a um custo elevadíssimo, porque se fôssemos investir esse dinheiro em outras áreas importantes, teríamos altos benefícios. Essas placas não são para anunciar obras do Governo Federal. O que ele fez em todo o Estado do Paraná e no país, foi colocar placas para dizer: “esta rodovia é uma rodovia federal”. Não são investimentos novos, não, é apenas para comunicar. A rodovia é federal, portanto, quero crer que foram milhões de recursos investidos em placas, que não têm mais sentido. A obra já existe e não há razão para investir tamanho dinheiro. É apenas para informar que é uma obra do Governo Federal.

Vou um pouquinho mais além, Deputado Scarpellini: o caso da Petrobras. Quem não tem orgulho dela? Temos, sim! Mas não temos concorrente neste país. Por que gastar tamanha fortuna em comercial, para divulgar uma empresa que não tem concorrente? Quanto custa isso aos cofres da Federação? Recursos esses, que volto a dizer, poderiam ser investidos em outras áreas importantes.

Obrigado pelo aparte.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)

Perfeitamente, Deputado Traiano.

Na BR-116, teve ali tapa-buracos.

O Sr. André Vargas (PT)

Um aparte, Deputado?

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)

Eu me sentiria homenageado em conceder um aparte a V. Exa. Só se for um “toco de vela”, coisinha pequena.

O Sr. André Vargas (PT)

Vi uma placa outro dia: “Casa da Família Rural. O Paraná não tinha, agora tem. Governo do Estado”. Tudo dinheiro federal: Sanepar, meio bilhão - dinheiro federal; Repar, três bilhões - dinheiro federal; saúde, 500 milhões - dinheiro federal. Eu poderia listar mais tantos outros, mas é só para contribuir.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)

Agradeço o aparte e a colaboração de V. Exa.

(Aplausos)

Como o Governo do Paraná está aliado com o PT, confundem-se as obras. Porque se quisermos ver obras do Governo do Paraná, não há o que ver. É um governo sem obras e sem realização. Não temos nada em obras que se possa falar. Esta obra é realizada pelo governo do Paraná. Tem algumas pequenas obras conveniadas, financiadas pelo Governo, que repassa dinheiro do exterior, para as prefeituras, que estão se endividando e, com isso, sacrificando o seu futuro, o futuro dos nossos municípios, que já estão quebrados e vão aumentar ainda a sua inadimplência, porque o Governo do Paraná não coloca nada a fundo perdido, para atender aos interesses dos prefeitos dos municípios do Paraná.

O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)

Deputado Scarpellini, permite-me?

(Assentimento)

Para efeito de explicação estou vendo que estamos com muitos professores, aqui.

(Aplausos)

Temos um projeto de interesse de autoria do Deputado André Vargas, do PT,...

(Aplausos)

...no qual a Bancada de Oposição está se posicionando favorável, inclusive V. Exa.

Preocupa-me um pouquinho, senhores professores, quando vejo algumas manifestações dos nossos pronunciamentos favoráveis ou contrários ao Lula. Quero dizer que nós aqui, somos contrários ao Lula, mas somos favoráveis à educação.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSDB)

E vamos em frente, então.

Ontem, fiz aqui um pronunciamento dizendo que o atual Prefeito de Apucarana foi condenado por desvio de merenda escolar, em um valor de seiscentos e quarenta e oito mil reais, dos anos de 94, 95 e 96. E eu disse que o rato roeu a roupa do Rei de Roma e o Rei ficou nu. Lá em Apucarana o rato comeu a merenda escolar das nossas crianças.

O atual Prefeito de Apucarana é um Padre, e tem um filho que é candidato a Deputado estadual pelo PMDB - o filho do Padre, o filho do Vigário, que, então, diz que a condenação dele se deveu-se à minha pessoa. Não sou membro do Tribunal de Contas da União, não

votei a apreciação das contas dele e não desviei a merenda escolar. O que é que tenho a ver com isso?

Ele está condenado a devolver o dinheiro, por substituir merenda por fubá, por fazer compra de nota fiscal fria, “merenda papel”. Tenho alguma coisa a ver com isso?

Ora, apenas li aqui na tribuna aquilo que o Tribunal de Contas sentenciou e a Justiça Federal, agora, vai julgar em Porto Alegre a parte criminal.

Ora, os Desembargadores já estão com esse processo há mais de cinco ou seis anos para julgar, colheram informações do Brasil inteiro, foram confirmar que as notas fiscais eram frias e ele tem a cara-de-pau de dizer que sou culpado pela sua condenação! Falou na rádio, lá em Apucarana!

Então, o Rei de Roma teve a sua roupa consumida pelo rato, o mesmo rato que comeu a merenda escolar em Apucarana.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Não havendo inscritos para fazer uso do Horário da Liderança do Governo e da Liderança da Oposição, antes de passarmos à Ordem do Dia, solicito aos senhores líderes dos Partidos, PT, PMDB, PFL, PDT, PSDB, PP, PTB E PPS indicarem um membro partidário para a constituição da Comissão Parlamentar de Inquérito que investigará possíveis irregularidades em contratos firmados entre as fumageiras e os agricultores no Estado do Paraná.

Ordem do Dia:

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de 47 Srs. Deputados.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Mensagem nº 049/06, subscrita pelo Governador do Estado, constante do expediente, encaminhando Proposta de Emenda Constitucional objetivando alterar a redação do *caput* do artigo 185 da Carta Constitucional do Estado. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Expediente subscrito pelo Deputado Ângelo Vanhoni, na qualidade de Líder da Bancada do PT, constante do expediente, indicando o nome do Deputado Padre Paulo Campos, como titular e a Deputada Luciana rafagnin, como suplente, para compor a Comissão Parlamentar de Inquérito que irá apurar irregularidades em contratos entre empresas fumageiras e agricultores. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Projeto de lei de autoria do Deputado Padre Paulo Campos, constante do expediente. Necessita de apoio-

mento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.

Projeto de lei de autoria do Deputado Miltinho Pupio, constante do expediente. Necessita de apoio-mento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Elio Rusch, constante do expediente. Necessita de apoio-mento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria da Deputada Elza Correia, constante do expediente. Necessita de apoio-mento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria do Deputado Ailton Araújo, constantes do expediente. Necessitam de apoio-mento. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Tadeu Veneri, devidamente apoiado, constante do expediente. **À Diretoria Legislativa.**

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2ª Discussão

ITEM 01

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 171/06, de autoria do Deputado Hermas Brandão, revogando a Lei nº 11.263, de 21 de dezembro de 1995, que criou o município de Novo Pirapó. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ, **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 282/06, de autoria do Deputado Hermas Brandão, concedendo o Título de Cidadania Honorária do Estado do Paraná ao Dr. Antonio Fernando Barros e Silva. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 304/06, de autoria do Deputado Cleiton Kielse, declarando de Utilidade Pública Estadual o MED PREV - Instituto de Incentivo à Medicina Preventiva, com sede e foro nesta Capital. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 308/06, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, declarando de Utilidade Pública a Associação Comunitária de Desenvolvimento Educacional, Cultural, Artístico e Desportivo - ACODECAD, com sede e foro no município de Carlópolis. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

O SR. ÂNGELO VANHONI (PT) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, tem um requerimento aposto solicitando a inversão de pauta do item 07, que seja intercalado entre os itens 05 e 06, assinado pelos Deputados que o subscrevem.

O SR. ANDRÉ VARGAS (PT) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, realmente esse projeto é importante porque é aquele que cria as matérias de Filosofia e Sociologia, e tem tudo a ver com o tema de hoje.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Está em votação o Requerimento nº 1625, de autoria do Deputado Ângelo Vanhoni, com apoio dos Deputados Natálio Stica, André Vargas e das Sras. Deputadas Luciana Rafagnin e Elza Correia, constante do expediente, solicitando preferência de votação para o item 07, Projeto de Lei nº 151/06, de sua autoria, da Ordem do Dia de hoje, passando a ser o item 06, renumerando os itens subsequentes. **Aprovado.**

1ª Discussão

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 151/06, de autoria do Deputado Ângelo Vanhoni, instituindo as disciplinas de Filosofia e de Sociologia como disciplinas obrigatórias na grade curricular do ensino médio do Estado do Paraná e dá outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CECECT. (**Publ. no DA nº 021/06, de 29.03.06**).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 151/06

P A R E C E R :

Trata-se de projeto de lei, de autoria do nobre Parlamentar Ângelo Vanhoni, visando incluir como disciplinas obrigatórias na grade curricular do Ensino Médio do Estado do Paraná, o ensino de Filosofia e Sociologia.

Segundo a própria justificativa do projeto, alguns estados da Federação já implantaram as referidas disciplinas e não raro, são esses estados que apresentam os melhores índices de aprovação dos sistemas de ensino.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação, no artigo 32, prescreve que os educandos devem sair do ensino médio com conhecimentos sociológicos e filosóficos.

Deve ser considerado, igualmente, que as universidades públicas estão a exigir em seus concursos vestibulares, o domínio destas disciplinas, justificando plenamente o seu ingresso nas grades curriculares do ensino médio.

A iniciativa ora em análise, funda-se no artigo 53, XVI da Constituição do Estado, na Lei Federal 9394/96 -

LDB-EM, e artigo 24, IX da Constituição Federal (legislar concorrentemente), não havendo na minha ótica, óbice legal que possa impedir a regular tramitação da proposta.

Pelo exposto, sou pela regular tramitação deste projeto de lei.

Sala das Comissões, em 23.05.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
RENI PEREIRA - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 151/06

P A R E C E R :

A competência da Comissão de Finanças está prevista no parágrafo 3º do artigo 33 do Novo Regimento da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

À Comissão de Finanças compete manifestar-se sobre todas as proposições, inclusive de outras Comissões, que concorram para aumentar ou diminuir despesa pública; sobre atividades financeiras do Estado; matéria tributária; empréstimos públicos; fixar, em cada Legislação, para ter vigência na subsequente, a remuneração dos Deputados; fixar para cada exercício financeiro a remuneração do Governador, Vice-Governador do Estado e Secretários de Estado; e submeter previamente à Comissão de Fiscalização os processos referentes à Lei nº 8358, de 5 de novembro de 1986.

O projeto de lei institui importantes disciplinas no ensino médio. Inegável a relevância de tais disciplinas no sentido de ampliar a capacidade de reflexão dos estudantes para que melhor compreendam mundo, o homem e a sociedade. A Filosofia que tem seu berço na antiga Grécia ajuda a compreender o conhecimento da humanidade historicamente construído, bem como a forma de pensar no presente.

Por sua vez, a Sociologia dá os elementos para compreender a estrutura social, seus autores e o funcionamento. Ambas são importantes instrumentos na construção da cidadania.

O Chefe do Executivo tem vetado projetos desta natureza por duas razões principais: os conteúdos estariam sendo tratados nos temas transversais e haveria vício de iniciativa. Não nos parecem robustos os argumentos do governador a ponto de mudar o posicionamento deste Poder Legislativo.

A introdução de disciplinas novas na grade curricular em nada aumenta as despesas públicas pois o número de aulas e de professores continuam os mesmos, portanto, desnecessários quaisquer demonstrativos do impacto financeiro.

Parecer é pela tramitação regimental da proposição, pois presentes os requisitos formais e materiais exigidos ao caso.

Sala das Comissões, em 07.06.06.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente
TADEU VENERI - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, ECOLOGIA, ESPORTES, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
PROJETO DE LEI Nº 151/06

P A R E C E R :

Relatório

Trata-se de projeto de lei de autoria do Deputado Ângelo Vanhoni, que visa instituir as disciplinas de Filosofia e de Sociologia como sendo obrigatórias na grade curricular do Ensino Médio do Estado do Paraná e adota outras providências.

Fundamentação

A matéria já foi apreciada pela douta Comissão de Constituição e Justiça, que apresentou parecer favorável, opinando pela regular tramitação do presente projeto de lei. Da mesma forma, a Comissão de Finanças exarou parecer favorável.

Quanto ao mérito do presente projeto de lei, não há como deixar de reconhecer a importância da matéria tratada, que irá atender a formação humanística das crianças, jovens e adultos do Estado do Paraná. Ainda, cumpre ressaltar que atualmente as Instituições de Ensino Superior têm exigido quando da realização dos vestibulares o domínio das disciplinas que ora se visa incluir na grade curricular do Ensino Médio.

Cumpramos esclarecer que a Lei de Diretrizes Básicas da Educação dispõe em seu artigo 36 que o domínio dos conhecimentos de Filosofia e Sociologias são necessário ao exercício da cidadania.

Assim, resta evidente que a matéria tratada no presente projeto de lei é oportuna além de que a inclusão destas matérias na grade curricular do Ensino Médio no Estado do Paraná representa um grande avanço do nosso Estado na melhor qualidade de formação dos nossos cidadãos.

Conclusão

Isto posto, apresentamos parecer favorável à tramitação do Projeto de Lei nº 151/06.

Sala das Comissões, em 19.06.06.

(aa) RENI PEREIRA - Presidente
ELZA CORREIA - Relatora

Em discussão. Em votação.

O SR. ANDRÉ VARGAS (PT) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, só para esclarecer: o requerimento falava para intercalar.

Nós temos o item nº 149, ele foi votado, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Foram votados os itens cinco e quatro (...).

O SR. ANDRÉ VARGAS (PT)

Agora o item 05, depois o 07, e depois o 06, Sr. Presidente, pelo requerimento.

Cinco, sete e seis.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Nós votamos, Deputado André Vargas, o item 04, do Projeto de Lei nº 308. Quando eu estava colocando em votação o item 06, houve uma solicitação, o requerimento, para que desse preferência ao item e colocasse (...). O requerimento veio com essa redação: preferência ao item 07, em seguida aos itens 05 e 06.

O SR. ANDRÉ VARGAS (PT)

Sr. Presidente, a argumentação do Deputado Ângelo Vanhoni era no sentido de intercalar.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Posso ler para V. Exa.

O SR. ANDRÉ VARGAS (PT)

Vamos lá, não tem problemas, não, Sr. Presidente.

O SR. ÂNGELO VANHONI (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Em primeiro lugar quero saudar os professores e funcionários das escolas que nos visitam na tarde de hoje. Quero fazer uma saudação especial à direção do Sindicato dos Professores, à APP, na pessoa do seu Presidente, José Lemos, que comparece aqui para acompanhar votação importante de pleitos da categoria que diz respeito às condições de trabalho e materiais, notadamente nas questões de vencimentos dos professores do Estado do Paraná.

Quero fazer uma saudação especial ao professor Emanuel Abbel, professor de Filosofia da Universidade Federal do Paraná, que há muitos anos luta no cenário nacional, na área da Educação, para que a estrutura de ensino no nosso país possa recompor a possibilidade das matérias de filosofia e sociologia integrarem, de forma permanente, as grades curriculares dos sistemas educacionais de ensino em todos os estados do território nacional.

Hoje, estamos votando uma matéria, no meu entendimento, muito importante. Há sete anos atrás um Deputado Federal, aqui do Paraná, apensou um projeto igual a este na Câmara. O projeto era do Padre Roque, do Partido dos Trabalhadores e tinha no seu corpo o ensino de Filosofia e Sociologia no ensino médio no território nacional. A argumentação de tal projeto é razoavelmente óbvia, no entanto, tem outras formas de pensar na sociedade, sobretudo em relação aos educadores. Há educadores que acham que a introdução dessas matérias como disciplinas obrigatórias, não devem merecer o respaldo da legislação e nem a decisão do Conselho Nacional da Educação. E esta orientação de que apenas as duas disciplinas pudessem servir de matérias complementares, transversais, nos currículos do ensino médio brasileiro, prevaleceu há sete anos atrás e induziu, através de pareceres do Ministério da Educação, do ex-Ministro Paulo Renato, para que o Presidente da República, na época,

vetasse o projeto que alcançou apoio da grande maioria dos deputados federais.

Esse projeto voltou a ser discutido há três anos e meio, no Congresso Nacional. Mudou a legislatura, um Deputado do Norte, do PSB, chamado Ribamar Alves, reapresentou-o. Hoje, depois que passou pelas Comissões de Educação e de Justiça do Congresso Nacional, está pronto para ser votado, na próxima semana ou, no mais tardar, no mês de agosto. Projeto com conteúdo idêntico foi aprovado, por unanimidade, no Senado Federal, determinado a obrigatoriedade, nos sistemas educacionais, em todo país, a reintroduzir na grade curricular a obrigatoriedade dessas duas disciplinas.

Acompanhamos, com professores aqui no Estado do Paraná e com Professora Adriana, que coordena o Fórum Sul, composto pelo Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul nas áreas de Sociologia e Filosofia, a última reunião que aconteceu no dia 14, do Conselho Nacional de Educação. Dos doze conselheiros, dez se manifestaram favoráveis, inclusive o ex-Ministro Murilo Rangel, de que o Conselho vote, determine, através de uma resolução, que os sistemas educacionais do território nacional dos estados, passem a decidir pela obrigatoriedade do ensino das matérias de Sociologia e Filosofia.

No Estado do Paraná a situação está no seguinte pé: as escolas públicas, por causa da sua possibilidade que a Lei de Diretrizes e Bases assim determina e assim prevê os diretores e os seus conselhos estão decidindo ao longo desses últimos quatro anos, a introduzir essas matérias de forma complementar, na grade curricular dos alunos do ensino médio. O que é muito bom, que este movimento espontâneo dos professores, da comunidade escolar, dos diretores, de pais e alunos, das APMS, façam com que essas matérias voltem para ajudar na formação dos nossos jovens.

No entanto, no Paraná não temos uma posição do Conselho Estadual de Educação e nenhuma lei votada e sancionada pelo Governador, que discipline essa questão e oriente o futuro do processo educacional, do entendimento de como deve ser a formação dos nossos jovens, e que oriente no sentido de garantir a obrigatoriedade. Quinze estados do Brasil já têm a obrigatoriedade ou por força de lei aprovada em Assembleias Legislativas ou por resolução dos conselhos estaduais em território nacional. É o caso do Rio de Janeiro, do Mato Grosso, de São Paulo, enfim, de quinze estados do Brasil. Mais do que isso, o Estado do Paraná é uma vitória desse movimento que pretende re-humanizar o ensino no nosso país, porque o Conselho da Universidade Federal do Paraná decidiu agora, na sua última reunião, que os cursos mais concorridos da Universidade, que são os de Medicina e de Direito, os vestibulandos terão que fazer uma redação com o conteúdo explícito na área de Filosofia e de Sociologia.

Esta é uma decisão da Universidade, que de alguma forma pauta o ensino médio que prepara os alunos para o ingresso no ensino superior, médio público e

privado no Estado do Paraná, e orienta as outras universidades a adotarem postura semelhante. Isso é muito bom, a Universidade está de parabéns, o Reitor está de parabéns, também o Conselho, porque vêm em sintonia, em harmonia com o movimento de re-humanização do ensino médio no território nacional.

Talvez seja desnecessário dizer da importância dessas disciplinas, mas, é sempre bom lembrarmos, não se trata apenas de pegarmos, como muitas vezes é tratado, para se falar de uma corrente filosófica da França da época de Jean Paul Sartre do existencialismo, da importância liberdade humana, do que se entende que deve ser a razão, o exercício da razão para o ser humano e o que deve ser exercício da liberdade para cada indivíduo. Não podemos tratar esse assunto como se nós pegássemos o filme de Felini "La Dolce Vita" e passássemos para os educandos em uma sala de aula e depois algum professor de história, ou de geografia, ou de artes, que conhecesse o assunto e dominasse parcialmente os conceitos introduzidos a respeito da liberdade humana, a respeito da razão, pudessem tecer alguns comentários e alguns trabalhos educacionais a respeito do existencialismo, da postura filosófica da humanidade pós 2ª Guerra Mundial, com o objetivo de analisar o filme "La Dolce Vita". É mais ou menos assim que ocorre hoje, o ensino da Filosofia e da Sociologia nas nossas escolas espalhadas no Brasil inteiro. Entendemos diferente. A evolução do pensamento humano, que tem 2500 anos, os grandes conceitos a respeito da vida que a Humanidade construiu, as suas antíteses, o seu confronto com a realidade, as suas origens, o método próprio de como ensinar Filosofia; a lógica que tem uma matéria dessa, uma disciplina como essa, de Sociologia; a importância do homem na sua vida em sociedade, a evolução do comportamento humano em sociedade através do tempo, através da História; as várias teorias construídas, os livros filosóficos que a Humanidade construiu, os livros e abordagens da Sociologia construíram ao longo de 2000 anos, não são matérias que têm estatuto próprio e que, com certeza, podem ajudar os nossos jovens a adquirir autonomia intelectual; o hábito da leitura, de comparar os seus pensamentos, os seus valores, com o que está acontecendo no mundo real e possam, a partir dessa comparação, constituírem-se, enquanto cidadãos culturalmente livres, capazes de inserir na realidade, de mudar a realidade, de lutar por mais democracia, por mais valores humanos, por valores de justiça, de igualdade e de solidariedade e se introduzir, enquanto indivíduos, numa sociedade moderna.

Por isso é que estamos defendendo a volta da Filosofia e da Sociologia. Não com um projeto demagógico que vai impor qualquer decisão ao Conselho Estadual de Educação e à Secretaria da Educação.

No nosso projeto, prevê que quem vai decidir sobre a implantação, sobre a grade curricular é quem tem competência para isso, que é o Poder Executivo e o Conselho Estadual de Educação, mas, queremos garantir a perenidade, porque a Secretaria da Educação e o seu

Secretário, por mais empenho que tenham - e seu Secretário se empenha nesse sentido, não são perenes.

A Secretaria amanhã pode ter uma outra condução, por isso a obrigatoriedade tem que ser aprovada na Assembléia com o apoio dos Deputados, para que o Paraná acompanhe o resto do Brasil e ajude na formação dos nossos jovens.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Para encaminhar, concedo a palavra ao Deputado Rafael Greca.

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB)

O meu encaminhamento é muito breve Sr. Presidente, Sr. Deputado Ângelo Vanhoni.

É no sentido de felicitar o Deputado Vanhoni pela qualidade da idéia proposta. Eu saúdo a presença, neste plenário, do professor Emanuel Appel, que é um dos professores de Filosofia da nossa Universidade do Paraná, da histórica e atual Universidade Federal do Paraná. E me permito só discordar do Deputado Vanhoni de que o pensamento tenha só 2500 anos. Eu acho que o pensamento é tão antigo quanto a humanidade.

A escola filosófica onde eu me formei, diz, de acordo com o padre Taillard de Chardin que quando o primeiro macaco se levantou e passou a observar duas pedras lascadas, gerando o fogo, ou passou a observar suas mãos molhadas no riacho ou na neve que derretia, ele passou a pensar o porquê das coisas.

É o homem levantado da condição animal que tem o poder de refletir, saber o porquê sabemos. Essa também é a função de quem ensina: saber o porquê sabemos, de exercer o poder da reflexão, perguntar o porquê das coisas. Isso evita inclusive que as pessoas se tornem massa de manobra, passem a exercer efetiva cidadania. Sabe o porquê sabemos. Conhecermos a nós mesmos, reconhecer que tudo que sabemos é que nada sabemos. Isso são idéias socráticas.

Há quinhentos anos antes de Jesus, dois mil e quinhentos anos atrás de nós, Sócrates ensinou que tudo o que sabia é que nada sabia. Depois de muito perguntar, então o Deputado Vanhoni acerta em propor que as escolas ensinem Filosofia e passa para um outro plano, propor que as escolas ensinem Sociologia. Será o Brasil uma grande senzala? Uma grande senzala onde a Casa Grande dos Bancos nos manda a todos só pagar juros e não ter um projeto de país?

Se você depositasse cem reais, no dia do Plano Real, 1º de julho de 94, cem reais na poupança, você hoje teria R\$ 374 reais, mas se você ficasse devendo no cheque especial, você hoje estaria devendo R\$ 139.255 reais. Não há um projeto de país.

Por isso, é preciso também que o Brasil Diferente, e a Casa Grande e a Senzala, eu falo dos dois livros basilares da Sociologia para os paranaense: Casa Grande e

Senzala do Gilberto Freire, Brasil Diferente de Wilson Martins. É preciso que esses livros sejam discutidos.

Mas, mais do que tudo é preciso que comece uma grande discussão sobre um projeto de país. O que eu peço à Assembléia é que vote a favor desse projeto do Deputado Vanhoni, porque a Mensagem que o Governador acaba de encaminhar à Assembléia, de aumentar o investimento na Educação o ano que vem, de 25% do Orçamento, para 30%, vem no sentido de aprimorar a Educação do Paraná. Pode ser até que o ano que vem, na votação ou discussão de projeto semelhante ao nº 149/06, possamos votar sem interferir na Responsabilidade Fiscal.

A SRA. ELZA CORREIA (PMDB) (**Para Encaminhar**)

Ontem, quando o Deputado Vanhoni - eu queria cumprimentá-lo; - falava a respeito desse projeto, a Mensagem chegou à Comissão que eu presido, a Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e, ontem mesmo, companheiro Vanhoni, fizemos questão absoluta de rapidamente darmos o parecer favorável a esse projeto, porque tanto quanto o senhor, acho que na Casa não haverá nenhum óbice a esse projeto que vem exatamente ao encontro com o que pensamos, com o que sonhamos, com o que desejamos construir para a nossa Nação.

Ou seja, cidadãos críticos, capazes de analisar e entender a sua comunidade, o seu Estado, o seu país e o Planeta. Isso efetivamente só é possível se nós o fizermos pela ótica da Filosofia e da Sociologia.

Lembro-me quando estudante do Ensino Médio era obrigatório nas escolas Filosofia e Sociologia e, também, na Universidade. Graças a elas também, que esta Deputada aprendeu a importância da democracia, do direito, da inclusão da justiça, da solidariedade entre os povos e o necessário investimento para que tenhamos uma sociedade, que falamos tanto nos discursos, mas que ainda estamos lutando por ela, igualitária e justiça.

Portanto, acho oportuno, até porque no estado de recessão da Ditadura Militar foi o momento que não interessava a quem detinha o poder no Brasil, que a população, através do conhecimento, se mobilizasse e entendesse o que estava acontecendo. Até lutasse contra aquele estado, aquela situação que estávamos vivendo. Foi exatamente nesse momento que houve corte na grade de Filosofia e da Sociologia. Não interessava ao regime de exceção e à ditadura militar que o Brasil avançasse do ponto de vista da cidadania e dos direitos humanos.

Portanto, Deputado Vanhoni, parabéns! Acho que através desse seu projeto, que todos votaremos, com muita alegria, favoravelmente, possamos resgatar tardiamente talvez, mas ainda em boa hora, um direito de conhecer, de ter respostas através da Filosofia e da Sociologia.

Parabéns!

O SR. ANDRÉ VARGAS (PT) (Para Encaminhar)

Naturalmente, teremos dois projetos que acho da mais alta relevância. Não fizemos nenhum óbice para inversão da pauta. Acho fundamental, votarei favoravelmente, já temos discutido com o Deputado Ângelo Vanhoni, acompanhei, estive presente em Brasília, ele se articulando com o Conselho Nacional de Educação; importante, Deputada Elza Correia, Deputado Rafael Greca e todos os Deputados, votarmos favoravelmente. Acho que o encaminhamento de votação é nesse sentido; mas, quero compromisso que para além desse projeto, que nós, não só hoje, mas amanhã votemos favoravelmente ao que está em tela, que é o que trata também do Plano de Cargos. Enfim, juntos, estaremos valorizando a educação.

O SR. ELTON WELTER (PT) (Para Encaminhar)

Quero dar meu testemunho: tive o privilégio de estudar Filosofia na Unioeste. E o aprendizado que a gente tem estudando profundamente a Filosofia e agora se estendendo ao 2º Grau nas disciplinas de Filosofia e Sociologia. Isso é muito importante para o Paraná, para o ensino e para o despertar crítico de fato a toda comunidade estudantil.

Confesso que foi na Filosofia que conheci o mundo, que ali, vamos assim dizer, que nós percebemos a questão das relações humanas por onde caminha a humanidade, estudando vários filósofos. Não tenho dúvidas que a introdução dessas disciplinas, esse despertar crítico que é tão importante e tentar perceber o que está muitas vezes na sombra, como já dizia o Platão.

Isso é importante para toda comunidade estudantil para que realmente passemos a formar cada vez mais cidadãos críticos neste país.

Só assim, teremos de fato uma sociedade livre, democrática, onde todos possam identificar independentemente da sua corrente de pensamento filosófico, político, mas identificar o que está muitas vezes num conteúdo de uma propaganda, o que está implícito numa manchete de jornal, esse despertar crítico não depende da Filosofia, mas a Filosofia realmente faz com que as pessoas se perguntem para onde vamos, o que fazer e o que será melhor para o conjunto da sociedade.

Parabéns Deputado! Tem o meu apoio esse projeto.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (Para Encaminhar)

Quero ser breve porque o mais importante é votarmos esse projeto.

Mas, gostaria de fazer um alerta aos presentes. Espero que isso não seja uma simulação. Eu já vivi e quero dizer aos senhores professores que estou aqui há aproximadamente quinze anos. O que acontece muitas vezes aqui, traz os interessados para votar um projeto, a pessoa se sacrifica, vem de longe, pressiona o Parlamento, o projeto está na pauta e votamos em primeira discussão. No dia de amanhã, esse projeto volta para a pauta em segunda e aí começa a artimanha política.

Espero que estejamos fazendo o jogo da verdade para aprovar esse projeto, votarmos amanhã em segunda, agilizarmos e deixarmos aprovado. Espero que não aconteça como com outros projetos importantes aqui nesta Casa, que em primeira discussão todos disseram amém, em segunda, terceira obstruíram e não foi aprovado. Só faço esse alerta porque estou cansado de viver na política o jogo do “faz de contas”.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

1ª Discussão do Projeto de Lei nº 151/06.

Em discussão. Em votação. **Aprovado.**

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 149/06, de autoria do Deputado André Vargas, que dispõe sobre a equiparação salarial entre servidores públicos do Estado do Paraná de acordo com a mesma habilitação e equivalente carga horária. **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. Aprovado. (Publ. no DA nº 021/06, de 29/03/06)**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 149/06**

P A R E C E R :

Preâmbulo

O projeto de lei em tela, tem por finalidade incorporar o benefício auxílio-transporte aos vencimentos do nível inicial da carreira de Professor Nível I, Classe 1. Este benefício está previsto no artigo 26 da Lei Complementar nº 103/2004, que institui e dispõe sobre o Plano de Carreira do Professor da Rede Estadual de Educação Básica do Paraná. Além disto, sobre este novo valor, o projeto também pretende uma atualização monetária de 28,47% (vinte e oito, vírgula quarenta e sete por cento) a partir de 1º de junho de 2006, e uma nova atualização de 22,16% (vinte e dois, vírgula dezesseis por cento), a partir de 1º de dezembro de 2006.

A incorporação do benefício e a reposição do valor real da moeda corroído pela inflação, dada a ausência do reajuste geral anual conforme o previsto na Constituição Federal (artigo 37, X), teria o condão de restabelecer a isonomia salarial, de acordo com a mesma habilitação e equivalente carga horária. Desta forma, o professor passaria a ter o mesmo salário do servidor Agente Profissional do Quadro de Pessoal do Poder Executivo (QPPE), já que ambos os cargos exigem nível superior.

Fundamentação

Trata-se de matéria de competência do Estado, cuja iniciativa legislativa está disciplinada no artigo 65 da Constituição Estadual:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifo nosso)

É importante frisar que o projeto não pretende aumentar a remuneração dos servidores públicos beneficiados, mas sim a reposição da inflação e a garantia da isonomia salarial entre servidores do mesmo Poder. Se aprovado, o projeto preservará o poder aquisitivo e a isonomia dos vencimentos de servidores com a mesma habilitação (nível superior), grau de responsabilidade e complexidade dos cargos.

Neste sentido, é o que dispõe o artigo 39 da Constituição Federal:

Art. 39. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão conselho de política de administração e remuneração de pessoal, integrado por servidores designados pelos respectivos Poderes.

§ 1º A fixação dos padrões de vencimento e dos demais componentes do sistema remuneratório observará:

I - a natureza, o grau de responsabilidade e a complexidade dos cargos componentes de cada carreira;

II - os requisitos para investidura;

III - as peculiaridades dos cargos.

(...)

No tocante à correção monetária, ela não configura benefício, nem penalidade, mas direito de todos os trabalhadores.

Neste sentido, mais uma vez salientamos que o artigo 37, X da Constituição Federal, garante a revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices. Senão, vejamos:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

(...)

X - a remuneração dos servidores públicos e o subsídio de que trata o parágrafo 4º do artigo 39 somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso, assegurada a revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices;

(...)

O projeto está devidamente acompanhado de Relatório de Impacto Financeiro, de acordo com o exigido pela Lei de Responsabilidade Fiscal, estando demonstrado que a equiparação salarial pode ser absorvida dentro do limite que é prudente.

Com relação à técnica legislativa adotada, foram observadas todas as disposições pertinentes à Lei Complementar nº 95/98.

Conclusão

Tendo em vista a adequação do presente projeto às normas constitucionais analisadas neste parecer (artigo 65 da Constituição Estadual e artigos 37, X e 39, I, II, III da Constituição Federal), concluímos que a matéria em análise é de competência do Estado e que a iniciativa legislativa é legítima. No tocante ao mérito, o projeto

objetiva atualizar monetariamente os vencimentos dos professores a fim de restabelecer a justiça na administração pública estadual, pagando a servidores com a mesma habilitação e responsabilidade o mesmo salário. Por estes motivos, nosso parecer é pela constitucionalidade do projeto e sua regular tramitação.

Sala das Comissões, em 25.04.06.

(aa) RATINHO JÚNIOR - Presidente em exercício
ADEMAR TRAIANO - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 149/06

P A R E C E R :

Histórico

O Projeto de Lei nº 149/06, de autoria do Deputado André Vargas, dispõe sobre a equiparação salarial entre servidores públicos do Estado do Paraná, de acordo com a mesma habilitação e equivalente carga horária.

O projeto recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça desta Casa de Leis.

Fundamentação

O projeto não apresenta óbices de natureza legal e constitucional e está de acordo com as normas orçamentárias do Estado.

Conclusão

Pelo exposto, opino à sua regular tramitação.

Sala das Comissões, em 10.05.06.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente
JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 150/06, de autoria do Deputado André Vargas, instituindo o Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos do Quadro dos Funcionários da Educação Básica da Rede Pública Estadual do Paraná. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. (Publ. no DA nº 021/06, de 29/03/06)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 150/06

P A R E C E R :

Preâmbulo

O projeto de lei complementar em análise, pretende a criação de um Plano de Carreira unificado para professores e funcionários da Educação Básica da Rede Pública Estadual do Paraná.

Não obstante a aprovação pela Assembléia Legislativa do Plano de Carreira específico para os professores, foi criada a Comissão Paritária SEED-APP-Sindicato, nomeada pela Resolução 443/04, do Secretário de Estado da Educação. Ao final dos trabalhos, conclui-se pela necessidade premente da instituição do Quadro de Carreira dos Funcionários de Escolas na Educação, idéia que o presente projeto de lei complementar pretende concretizar.

Levando-se em consideração que a qualidade na educação e a valorização dos seus profissionais constituem binômio para o desenvolvimento humano em todos os aspectos, o projeto entende que professores e funcionários da educação básica da Rede Pública de Ensino devem ter tratamento unitário e diferenciado dos demais servidores. Incluir os funcionários da educação no QPPE (Quadro Próprio do Poder Executivo), constituindo-se em erro que desconsidera a educação como uma atividade-fim do Estado.

O projeto preconiza que é imperioso que todo trabalhador que atua na educação seja funcionário de carreira, lotado em quadro próprio da Educação, com formação e qualidade específica voltada ao atendimento das necessidades educacionais, com tratamento unitário e diferenciado.

Fundamentação

Trata-se de matéria de competência do Estado, cuja iniciativa legislativa está disciplinada no artigo 65 da Constituição Estadual:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Quanto ao impacto financeiro do projeto, este Plano de Carreira apresentará a mesma tabela de vencimentos do QPPE (Quadro Próprio do Poder Executivo), atualizada pela Mensagem nº 007/06, encaminhada à Assembléia Legislativa e aprovada por esta Casa recentemente.

Com relação à técnica legislativa adotada, foram observadas todas as disposições pertinentes à Lei Complementar nº 95/98.

Conclusão

Tendo em vista a adequação do presente projeto à Constituição Federal, à Lei de Responsabilidade Fiscal (impacto financeiro) e à Lei Complementar nº 95/98, concluímos que a matéria em análise é de competência do Estado e que a iniciativa legislativa é legítima. No tocante ao mérito, o projeto objetiva instituir o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos do Quadro dos Funcionários da Educação Básica da Rede Pública Estadual do Paraná, unificando funcionários da educação e professores. O projeto diferencia professores e demais funcionários da educação dos servidores do Quadro Permanente do Poder Executivo (QPPE), objetivando melhorar a qualidade da educação no Paraná. Por todos estes motivos, nosso parecer é pela constitucionalidade do projeto e sua regular tramitação.

Sala das Comissões, em 25.04.06.

(aa) RATINHO JÚNIOR - Presidente em exercício
ADEMAR TRAIANO - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 150/06

P A R E C E R :

Histórico

O Projeto de Lei Complementar nº 150/06, de autoria do Deputado André Vargas, institui o Plano de

Cargos, Carreiras e Vencimentos do Quadro dos Funcionários da Educação Básica da Rede Pública Estadual do Paraná.

O projeto recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça desta Casa de Leis.

Fundamentação

O projeto não apresenta óbices de natureza legal e constitucional e está de acordo com as normas orçamentárias do Estado.

Conclusão

Pelo exposto, opino à sua regular tramitação.

Sala das Comissões, em 10.05.06.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente

JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

Aprovado.

O SR. ANDRÉ VARGAS (PT) (**Pela Ordem**)

Naturalmente, não é uma Questão de Ordem, propriamente dita, mas para agradecer a presença dos professores que quiserem permanecer, professores que caminharam por cinco ou seis dias, 130 quilômetros. Eu é quem teria que ter andado, estou meio gordinho. Se tivesse andado, estaria dez quilos mais magro, pelo menos. Mas, estamos trabalhando pelo Estado, andando por aí. Amanhã este projeto deve voltar à pauta. Queria convidá-los para estarem novamente aqui, amanhã, se puderem e compreendendo aqueles que não podem, amanhã, às 14h30 teremos nova Sessão e voltará o projeto em 2ª votação. Então, queria convidá-los a estarem acompanhando. Será uma alegria tê-los, umas festa da democracia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 165/06, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 026/06, autorizando o Poder Executivo a utilizar os recursos do Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE, atualmente geridos pela Agência de Fomento do Paraná S.A. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CO. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. COM EMENDA DA CO AO SUBSTITUTIVO GERAL. (**Publ. no DA nº 024/06, de 03/04/06, em Mensagens**)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 165/06

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei tem como escopo autorizar o Poder Executivo a utilizar os recursos do Fundo de Desenvolvimento Econômico, atualmente geridos pela Agência de Fomento S.A., reduzindo seu patrimônio aos quais serão recolhidos ao Tesouro Geral do Estado. Autoriza ainda a abertura de créditos adicionais no valor

de R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais) para utilização com as despesas que especifica.

Legitimidade

A legitimidade para legislar quanto a presente matéria encontra-se definida na Constituição Estadual, conforme segue:

Art. 133. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

(...)

II - as diretrizes orçamentárias anuais;

III - os orçamentos anuais.

(...)

§ 10. Ao Poder Legislativo é assegurada autonomia financeira e administrativa e a sua proposta orçamentária será elaborada dentro do limite percentual das receitas correspondentes aos demais Poderes, a ser fixada na Lei de Diretrizes Orçamentárias. (grifo nosso)

Art. 134. Os projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais serão apreciados pela Assembleia Legislativa.

Ainda a respeito da matéria tratada pelo referido projeto, a Constituição Estadual ratifica:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Pode-se constatar que se trata de matéria de competência do Poder Executivo, havendo, portanto, legitimidade para sua propositura.

Porém, faz-se necessário ressaltar o disposto no artigo 167, VII da Constituição Federal que a respeito dos orçamentos, veda expressamente:

Art. 167. São vedados:

VII - a concessão ou utilização de créditos limitados;

O presente projeto de lei tem como escopo a utilização geral dos recursos do Fundo de Desenvolvimento Econômico, desrespeitando o estabelecido no artigo supracitado. Para sanar tal irregularidade, indica-se a utilização do substitutivo geral em anexo, que estipula o valor a ser destinado ao referido projeto.

Fundamentação

Com a análise do artigo 36 da Lei 14.783, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias do Estado, para o exercício financeiro de 2006, temos que, o referido projeto encontra respaldo legal por legislar dentro dos limites legais expostos pelo referido artigo:

Art. 36. A Lei Orçamentária para o exercício de 2006, conterá autorizações para abertura de créditos adicionais até o limite máximo de 10% do valor da receita fixada para o exercício, nas formas previstas no parágrafo 1º do artigo 43 da Lei Federal nº 4320/64, excetuando-se as dotações vinculadas suportadas por recursos provenientes de Convênios, Acordos Nacionais

e com Agentes Financeiros Internacionais, tendo como limite o valor dos respectivos instrumentos jurídicos celebrados para o exercício. (grifo nosso)

Conforme o artigo 4º da Lei 14.977, os Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta estimam uma receita líquida de R\$ 16.497.968.705,00 (dezesseis bilhões, quatrocentos e noventa e sete milhões, novecentos e sessenta e oito mil, setecentos e cinco reais), o que apenas ratifica que o projeto de lei encontra-se dentro dos limites legais ao aprovar uma abertura de crédito em valor inferior a 10% da receita fixada para o exercício.

Ademais, o referido projeto de lei traz anexos os demonstrativos de cobertura desses recursos que serão de cancelamento de dotação do próprio órgão.

Constitucionalidade

Os créditos adicionais referentes ao projeto de lei em questão serão destinados à construção, melhorias e adaptações nas escolas e postos de saúde da rede pública, e à aquisição de equipamentos necessários à modernização do Instituto de Identificação do Estado.

Sobre a matéria em tela, J. Teixeira Machado Jr. e Heraldo da Costa Reis, em sua obra “A Lei 4.320 Comentada” nos ensina que:

São condições básicas para abrir créditos especiais ou suplementares:

- a prévia autorização legislativa;

- a indicação de recursos.

Analisando os requisitos exigidos para tal propositura, verifica-se que o referido projeto encontra os respaldos legais, e encontra-se em consonância com a melhoria da condição de vida da população, ao melhorar as condições das escolas, postos de saúde e nos serviços prestados à população paranaense.

Conclusão

Ante o exposto, nosso parecer é pela aprovação na forma do Substitutivo Geral em anexo ao Projeto de Lei nº 165/06.

Sala das Comissões, em 08.05.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

RENI PEREIRA - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA SUBSTITUTIVO GERAL AO PROJETO DE LEI Nº 165/06

O Projeto de Lei nº 165/06 passará a ter a seguinte redação:

“Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a utilizar R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões) do Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE, de que trata a Lei Estadual nº 5515, de 15 de fevereiro de 1967, atualmente geridos pela Agência de Fomento do Paraná S.A., reduzindo, conseqüentemente, seu patrimônio.

Art. 2º Dos recursos financeiros mencionados no artigo 1º desta lei, fica o Poder Executivo autorizado ime-

diatamente, a abrir créditos adicionais no valor especificado, para atender às seguintes despesas:

I - R\$ 12.410.000,00 (doze milhões, quatrocentos e dez mil reais), na Secretaria de Estado da Educação, destinados à construção, melhorias e adaptações de escolas públicas e à aquisição de equipamentos;

II - R\$ 12.000.000,00 (doze milhões de reais), na Secretaria de Estado da Saúde para construção, melhoria e adaptações de prédios e aquisição de equipamentos;

III - R\$ 5.590.000,00 (cinco milhões, quinhentos e noventa mil reais), na Secretaria de Estado da Segurança Pública, destinados ao pagamento de despesas decorrentes da aquisição de equipamentos necessários à modernização do Instituto de Identificação.

Art. 3º As aplicações dos respectivos recursos de que trata essa lei deverão ser devidamente detalhadas em relatório específico e encaminhado para ciência do Poder Legislativo.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 08.05.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

RENI PEREIRA - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 165/06

P A R E C E R :

Histórico

O Projeto de Lei nº 165/06, de autoria do Poder Executivo, autoriza o Poder Executivo a utilizar os recursos do Fundo de Desenvolvimento Econômico, atualmente geridos pela Agência de Fomento do Paraná S/A.

O projeto recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, com substitutivo geral da lavra do Relator, Reni Pereira.

Fundamentação

O projeto não apresenta óbice de natureza legal ou constitucional, e se encontra com as normas que regem o Orçamento do Estado, tendo em vista que não ultrapasse o limite de 10% (dez por cento) da receita fixada para o exercício de 2006.

Conclusão

Pelo exposto, opino favoravelmente à sua tramitação.

Sala das Comissões, em 30.05.06.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente

JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

COMISSÃO DE ORÇAMENTO
PROJETO DE LEI Nº 165/06

P A R E C E R :

O projeto de lei em análise, oriundo de Mensagem do Poder Executivo, através da Mensagem nº 026/06, autoriza o Poder Executivo a utilizar trinta milhões do

Fundo do Desenvolvimento Econômico - FDE, de que trata a Lei Estadual nº 5515, de 15 de fevereiro de 1967, atualmente geridos pela Agência de Fomento do Paraná S.A.

Dos recursos financeiros mencionados, o Poder Executivo abrirá créditos adicionais para atender as despesas de: R\$ 12.410.000,00 (doze milhões, quatrocentos e dez mil reais), na Secretaria de Estado da Educação, destinados à construção, melhorias e adaptações de escolas públicas e à aquisição de equipamentos; R\$ 12.000.000,00 (doze milhões de reais), na Secretaria de Estado da Saúde para construção, melhoria e adaptações de prédios e aquisição de equipamentos; R\$ 5.590.000,00 (cinco milhões, quinhentos e noventa mil reais), na Secretaria de Estado da Segurança Pública, destinados ao pagamento de despesas decorrentes da aquisição de equipamentos necessários à modernização do Instituto de Identificação.

Sobre a constitucionalidade e legalidade da matéria, a Comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer favorável na forma de substitutivo geral, através do relator, Deputado Reni Pereira. A Comissão de Finanças, através do relator, Deputado José Maria Ferreira manifestou-se favoravelmente à tramitação da proposta em relação ao seu mérito.

Chamada a opionar, conforme preceitua o parágrafo 4º do artigo 33 do Regimento Interno, posicionamo-nos com parecer favorável, com apresentação de emenda aditiva.

A autonomia do Poder e a sua função fiscalizadora devem ser sempre mantidas, para que o papel das Instituições tenha legitimidade na consolidação do processo democrático. Assim, a definição de limites e/ou critérios aprovados pelos instrumentos legais, é a garantia de que este Legislativo exerce com plenitude o seu papel constitucional.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 30.05.06.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente

MARCOS ISFER - Relator

COMISSÃO DE ORÇAMENTO
EMENDA ADITIVA AO
PROJETO DE LEI Nº 165/06

Inclua-se onde couber:

Art. ... Ficam incluídas nos incisos II, IV, VI e VII do artigo 13 da Lei Estadual nº 14.977, de 28 de dezembro de 2005, as expressões “por projetos/atividades”.

Sala das Comissões, em 30.05.06.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente

MARCOS ISFER - Relator

O SR. ANDRÉ VARGAS (PT) (**Pela Ordem**)

Só para informar aos presentes, queria perguntar a V. Exa. se a Sessão será pela manhã ou à tarde para que eles saibam o horário e não tenhamos esta dificuldade.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Será às 9h30m da manhã.

Esta Casa agradece a todos os professores que vieram, através de um ato legítimo, representar a categoria e lutar pelo seus direitos.

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 195/06, de autoria do Deputado Luiz Fernandes da Silva Litro, declarando de Utilidade Pública o Clube de Mães Nossa Senhora de Fátima, com sede e foro no município de Dois Vizinhos. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 032/06, de 18/04/06).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 195/06

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Luiz Fernandes da Silva Litro, declara de Utilidade Pública o Clube de Mães Nossa Senhora de Fátima, com sede e foro no município de Dois Vizinhos, Estado do Paraná.

Fundamentação

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 06.06.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 252/06, de autoria do Deputado Jocelito Canto, declarando de Utilidade Pública o Grupo Renascer de Apoio aos Homossexuais, com sede e foro no município de Ponta Grossa. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 049/06, de 16/05/06).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 252/06

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Jocelito Canto, declara de Utilidade Pública o Grupo Renascer de Apoio aos Homossexuais, com sede e foro no município de Ponta Grossa, Estado do Paraná.

Fundamentação

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6.994/78,

alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 06.06.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

Discussão Única (Indicação)

ITEM 11

DISCUSSÃO ÚNICA - da Indicação nº 018/06, de autoria do Deputado Reni Pereira, sugerindo o envio de expediente ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Fazenda - Dr. Heron Arzua com sugestões de alteração da legislação, visando a diminuição da carga tributária incidente sobre os insumos do transporte coletivo. **Aprovado. (Publ. no DA nº 067/06, de 07/06/06).**

O SR. ANDRÉ VARGAS (PT) (**Pela Ordem**)

Na hora dos agradecimentos esqueci de agradecer à Direção da APP e nos comprometemos a encaminhar a luta, também, contra a perseguição. E anunciamos a presença do nosso Vereador do PT, o Fábio, de Jaguariaíva.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Esta Casa registra a presença do Vereador e dá as boas-vindas.

Requerimentos

Requerimento nº 1597, de autoria da Deputada Elza Correia, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1601 e 1602, de autoria do Deputado Ratinho Júnior, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1607, de autoria do Deputado Barbosa Neto, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1608 e 1610, de autoria do Deputado Elio Rusch, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1609, de autoria do Deputado Reni Pereira, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1611 e 1612, de autoria do Deputado José Domingos Scarpellini, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1615 a 1622, de autoria do Deputado Padre Paulo Campos, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1623 e 1624, de autoria do Deputado André Vargas, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1626 a 1628, de autoria do Deputado Rafael Greca, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1632, de autoria do Deputado José Maria Ferreira, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. DUÍLIO GENARI (PP) (**Pela Ordem**)

Gostaria de registrar a presença, em meu nome e em nome do Deputado Elton, do Vereador Donizeti, do PT de Assis Charteaubrinad, do Cashi, Vereador do PP, e do Vereador Concanpi, do PP, também de Assis Chateaubriand.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Esta Casa dá as boas-vindas aos nobres Vereadores do município de Assis Chateaubriand e registra as suas presenças.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 21, às nove horas e trinta minutos, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 747/05.

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 494/04; 259, 263 e 285/06.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 151, 165, 195 e 252/06.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 781/05, 096, 160, 242, 293 e 296/06.

DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições nºs 037 e 039/06.

Levanta-se a Sessão.

Publicações:

Ata de Comissão:

Especial de Reforma da Constituição

COMISSÃO ESPECIAL DE

REFORMA À CONSTITUIÇÃO

Aos vinte dias do mês de junho do ano de dois mil e seis, na Sala de Reuniões da Presidência, reuniram-se os membros indicados pelas Lideranças para comporem a comissão, que opinará sobre as Propostas de Emenda à Constituição de nºs 026/06 e 029/06, de autoria dos Deputados Padre Paulo Campos e Nelson Justus, com o fim específico de proceder sua instalação e a eleição para Presidente e Vice-Presidente, presidida na forma regimental pelo Deputado Pedro Ivo Ilkiv, Vice-Presidente da Comissão Executiva. Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declarou instalada a comissão, passando em seguida para a eleição. Procedido o sufrágio, constatou-se a eleição dos Deputados Plauto Miró e Barbosa Neto, para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente. Assumindo o cargo para o qual eleito, o Deputado Plauto Miró Guimarães agradeceu a especial deferência de seus nobres pares e indicou a Deputada Elza Correia para atuar como relatora da comissão. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu Severo Olimpio Sotto Maior, Diretor Legislativo, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente e demais membros, para que produza os efeitos legais.

(aa) LUIZ NISHIMORI, ELZA CORREIA, PADRE PAULO CAMPOS, PLAUTO MIRÓ GIMARÃES e BARBOSA NETO, PEDRO IVO ILKIV - 1º Vice-Presidente

Severo Olimpio Sotto Maior - Secretário

